

**Proposta de Plano de Trabalho
para o ano de 2008**

**DIRETORIA DE ESTUDOS MACROECONÔMICOS
DIMAC-IPEA**

Esta proposta de plano de trabalho foi construída com base na idéia que o IPEA deve cumprir a seguinte missão nos próximos anos: **organizar a discussão sobre a construção de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil, assim como deve participar ativamente de sua elaboração.** Uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil deve ser composta de três partes:

i)-A primeira é o ponto final, ou seja, *para onde se quer levar a sociedade*, inclusive definindo a sua inserção internacional. O objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição da renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal - cujas partes imprescindíveis devam ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades. O Estado de bem-estar social é o conceito que resume esse conjunto de objetivos. O Estado de bem-estar social é a maior conquista da civilização ocidental ao longo do século XX. Foi a única conjugação de fatores sociais, políticos, econômicos que conformou um ambiente institucional que valoriza a liberdade, a individualidade, o trabalho, a atividade empresarial, a gestão republicana do Estado, a justiça e o bem-estar.

ii)-A segunda é a elaboração de uma *trajetória macroeconômica* que deve facilitar a chegada ao ponto final. Tal trajetória também deve ser capaz de auxiliar na sustentabilidade ao longo do tempo de um Estado de bem-estar social. É basicamente visando desenvolver esta trajetória que a presente proposta de trabalho da DIMAC foi construída.

iii)-E a terceira são *políticas públicas* que devem objetivar, por um lado, fazer justiça social e, por outro, auxiliar a continuidade do desenvolvimento – por exemplo, políticas sociais, políticas setoriais, regionais, ambientais etc.

APRESENTAÇÃO

O Plano de Trabalho da DIMAC está dividido da seguinte forma:

1. Plano de Trabalho Temático

1.1. Plano de Trabalho Temático – Iniciativas da Diretoria

1.2. Plano de Trabalho Temático – Autônomo das Coordenações

2. Plano de Trabalho Técnico-Administrativo

1.1. Plano de Trabalho Temático – INICIATIVAS DA DIRETORIA

LANÇAMENTO DO LIVRO “ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO E PRODUTO POTENCIAL” – este livro: (i)- abordará a discussão metodológica sobre a mensuração do PIB potencial, assim como fará o cálculo do próprio PIB potencial brasileiro; (ii)-discutirá os arranjos institucionais necessários ao crescimento e (iii)- fará a discussão teórica sobre as ligações entre movimentos conjunturais e tendenciais de longo prazo. Segue anexado o projeto do livro (DOCUMENTO 1).

Responsáveis: João Sicsú, José Ronaldo (técnico da DIMAC) e Leonardo (técnico da DIMAC)

Deadline: maio de 2008

LANÇAMENTO DO LIVRO “ESTRATETIZANDO O DESENVOLVIMENTO” – este livro pretende apresentar um debate sobre o tema estratégias de crescimento e desenvolvimento. Será um livro com linguagem jornalística sofisticada já que pretende atingir um público bem mais amplo: jornalistas, cientistas políticos, gestores de políticas públicas, políticos, parlamentares etc. Será formado por um conjunto de 20 capítulos (curtos, em torno de 7 laudas cada). Quatro autores participarão deste projeto. Será um debate feito pelos autores na seguinte seqüência que deverá se repetir por pelo menos 5 rodadas: (i)-Armando Castelar (técnico da DIMAC); (ii)-João Sicsú; (iii)-Claudio Haddad (IBMEC) e (iv)-Luiz Werneck Vianna (IUPERJ). Os dois últimos ainda não estão confirmados. Ao final das rodas de debates, dois economistas escolhidos pelos quatro autores (nossa proposta: Delfim Neto e Maria da Conceição Tavares) farão um balanço também por escrito do debate para compor o livro. OS DOIS PRIMEIROS TEXTOS QUE DARÃO INÍCIO AO DEBATE JÁ FORAM ESCRITOS E ESTÃO ANEXADOS (DOCUMENTO 2).

Responsáveis: João Sicsú e Armando Castelar

Deadline: julho de 2008

REVIVER O DEBATE SIMONSEN-GUDIN EM TRÊS LIVROS – 1º. LIVRO: pretendemos relançar o referido debate de forma comentada dando ênfase aos desafios dos dias de hoje. Os comentaristas serão o professor Aloísio Teixeira (reitor da UFRJ) e Armando Castelar (técnico da DIMAC). **2º. LIVRO:** biografia de Roberto Simonsen que será escrita por Gilberto Maringoni (que acabou de lançar uma belíssima biografia do Barão de Mauá). **3º. LIVRO:** biografia de Eugênio Gudín, ainda não temos um autor, mas estamos pensando no Ricardo Bielschowsky.

Responsáveis: João Sicsú e Renaut Michel

Deadline: novembro de 2008

[PROJETO INTER-DIRETORIAS] - **LIVRO “É PRECISO PLANEJAR O FUTURO”** – avaliamos que este livro deveria ser uma atividade em conjunto com as demais diretorias, inclusive a DIRAF. Pensamos em um livro de entrevistas com planejadores experientes que em algum momento de suas carreiras tenham desempenhado tal atividade no governo brasileiro. Por exemplo, João Paulo dos Reis Veloso, Luiz Gonzaga Belluzzo, Raphael de Almeida Magalhães etc. Cada diretoria poderia ficar responsável por dois ou três nomes. Um balanço de cada bloco de entrevistas (economia, social, industrial, regional e do Estado) seria feito pelo diretor da área e o Márcio poderia fazer um balanço geral de todo o conteúdo do livro na forma de prefácio ou apresentação. Esse é um livro fácil de fazer, basta elaborar algumas perguntas e colocar nossos jornalistas em campo.

Responsáveis: João Sicsú (pela DIMAC) e outros das demais diretorias.

Deadline: junho de 2008

[PROJETO INTER-DIRETORIAS] - **SEMINÁRIO E LIVRO EM PARCERIA COM A CLACSO** – estamos em conversa com o Emir Sader da Clacso para realizar um grande seminário com representantes de governos de países da América do Sul que em algum grau redirecionaram suas agendas em sentido diferente daquele proposto pelo Consenso de Washington. Os países selecionados são: Brasil, Uruguai, Argentina, Bolívia, Equador e Venezuela. **ESTE SERÁ UM ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA AVANÇARMOS NA ELABORAÇÃO DO NOSSO CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DESENVOLVIMENTO, PORTANTO, O PROJETO DEVERÁ SER CONDUZIDO PELA DIMAC EM CONJUNTO COM A DICOD.**

Responsáveis: Renaut Michel (pela Dimac) e representante da DICOD

Deadline: abril de 2008

[PROJETO INTER-DIRETORIAS] - PROJETOS DE PESQUISA – PETROBRÁS E

VALE (DO RIO DOCE) - Petrobrás – estamos desenvolvendo projeto em conjunto com a DIRUR e DISOC para apresentar a Petrobrás sobre “os impactos fiscais, regionais e sociais das atividades da Petrobrás” – este projeto já está pré-aprovado pela empresa. Estamos ainda desenvolvendo um segundo projeto em parceria com a DASET para ser apresentado à Petrobrás sobre “cenários macroeconômicos e empresarial (da Petrobrás) tornando-se o Brasil um grande produtor de petróleo e tendo recebido o grau de investimento pelas agências de *rating*”. Este projeto foi bem aceito pelo Antonio Vianna da Petrobrás para ser discutido. Faremos ainda um terceiro projeto já aprovado pela Petrobrás na gestão da diretoria que nos antecedeu sobre “um modelo macroeconômico de projeção de variáveis macro da economia brasileira” para orientar a Petrobrás em suas decisões.

VALE – Estamos em negociação com a Vale para desenvolver o projeto “cenários macroeconômicos e empresarial (da Vale) tornando-se o Brasil um grande produtor de petróleo e tendo recebido o grau de investimento pelas agências de *rating*”. As conversas iniciais estão bem encaminhadas. Pretendemos desenvolver esse trabalho em conjunto com a DASET.

Responsáveis: João Sicsú (pela Dimac), Claudio Hamilton (pela DIMAC) e representantes das demais diretorias.

Deadline: os projetos terão a duração de 24 meses após a assinatura dos contratos.

20 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL – A BUSCA PELO PLENO EMPREGO

- De acordo com o capítulo I, artigo 170, inciso número VII, da Ordem Econômica e Financeira da Constituição Brasileira, conforme descrito a seguir: DA ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA, **Capítulo I, DOS PRINCÍPIOS GERAIS DA ATIVIDADE ECONÔMICA, Art. 170.** A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios... VII – busca do pleno emprego... . Nesse sentido, tendo em vista a comemoração dos 20 anos da promulgação da Constituição brasileira, organizaremos Seminário sobre o tema – “**20 Anos da Constituição do Brasil – A Busca pelo Pleno Emprego**”. Para o evento serão convidados acadêmicos, intelectuais, representantes de organizações sindicais patronais e de trabalhadores.

Responsável: Renaut Michel

Deadline: outubro de 2008

PROJETO DE LIVRO 50 ANOS DA “FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL” EM 2009 - em 2009, completam-se 50 anos da publicação do livro mais conhecido de Celso Furtado: “Formação Econômica do Brasil”. Destaca-se a atualidade da reflexão contida em “Formação...”, que pode ser sintetizada na célebre sentença do Capítulo XXXIV: *“E numa economia de grandes potencialidades e de baixo grau de desenvolvimento, a última coisa a sacrificar deve ser o ritmo do seu crescimento.”* Só por esta idéia, e considerando ainda a inequívoca revalorização do pensamento de Celso Furtado no debate econômico brasileiro atual, ganha relevância um projeto que revise o conteúdo de “Formação Econômica do Brasil”. Neste sentido, organizaremos uma coletânea de artigos que resultará na publicação de um livro sobre a obra. Para tanto, já foram estabelecidos contatos preliminares com o Centro Celso Furtado, na figura de seu presidente, Ricardo Carneiro, e com a Sra. Rosa Freire D’Aguiar, viúva de Furtado e detentora dos direitos relacionados ao seu nome. Já foi aprovado inclusive, no âmbito do Plano de Trabalho de 2008 do Centro Celso Furtado, uma parceria com o Ipea relativa a esse projeto. Embora o lançamento do livro ocorra somente em 2009, o trabalho para organizá-lo deve ter início em meados de 2008.

Responsáveis: Salvador Werneck (técnico da DIMAC) e representante do Centro Celso Furtado.

Deadline: março de 2009

80 ANOS DA GRANDE DEPRESSÃO EM 2009 - o ano de 2009 marcará a passagem dos 80 anos da Grande Depressão de 1929. Foi o último episódio, dentro do capitalismo, em que foi possível observar uma grave crise econômica iniciada e difundida pelas economias mais ricas do planeta. O começo do século XXI está sendo marcado por uma turbulência na economia internacional que ameaça se transformar em uma crise global de dimensão ainda não mensurável. De particular com a Grande Depressão, o fato desta ameaça de crise ter sua origem nos países já desenvolvidos. Deste ponto de vista, organizaremos, em convênio com o Departamento de História da UERJ e o Departamento de História da UNIRIO, um Seminário, com desdobramento na publicação de um livro, com o seguinte tema: **“COMO OS ESTADOS NACIONAIS DEVEM ENFRENTAR UMA CRISE ECONÔMICA QUE TEM SUA ORIGEM NAS ECONOMIAS CAPITALISTAS RICAS?”**. Embora o seminário e o lançamento do livro ocorram somente em 2009, os trabalhos para preparar o livro e o evento devem ter início em meados de 2008.

Responsáveis: João Sicsú, Renaut Michel, Francisco Martinho (representante do Departamento de História da UERJ) e Flávio Limoncic (representante do Departamento de História da UNIRIO).

Deadline: março de 2009

1.2. Plano de Trabalho Temático - AUTÔNOMO DAS COORDENAÇÕES

Cada coordenação temática elaborou um plano de trabalho mínimo. São 6 coordenações:

- i) Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial
- ii) Coordenação de Economia Financeira
- iii) Coordenação de Estudos sobre a Eficiência e Eficácia da Política Monetária
- iv) Coordenação de Finanças Públicas
- v) Coordenação de Regimes Monetário e Cambial
- vi) Grupo de Análise e Previsões

A seguir os planos das coordenações.

Coordenação de Finanças Públicas - CFP: Missão Institucional, Linhas de Pesquisa e Programa de Trabalho 2008

Missão Institucional:

A Coordenação de Finanças Públicas (CFP-DIMAC-IPEA) tem como objetivo subsidiar o debate sobre a condução da política macroeconômica brasileira através da análise sistemática dos impactos macroeconômicos das receitas públicas, dos gastos públicos e da dívida pública brasileiros - tanto no curto, quanto no médio e no longo prazos. Tal análise pressupõe como atividades intermediárias (i) o acompanhamento e a mensuração (muitas vezes não trivial) das variáveis “fiscais” brasileiras, assim como de desagregações relevantes das mesmas; (ii) a análise da experiência internacional na área fiscal; (iii) o estudo das inter-relações entre a política fiscal e as demais políticas macroeconômicas do governo; e (iv) a interlocução contínua com a academia e com instituições formuladoras da política fiscal brasileira e/ou produtoras de dados fiscais.

Linhas de Pesquisa:

1) Receitas Públicas: Acompanhamento, Mensuração e Impacto Macroeconômico

Responsáveis técnicos: Márcio Bruno Ribeiro e Napoleão Luiz Costa

2) Gastos Públicos: Acompanhamento, Mensuração e Impacto Macroeconômico

Responsáveis técnicos: Mário Jorge Mendonça e Napoleão Luiz Costa

3) Dívida Pública: Acompanhamento, Mensuração e Impacto Macroeconômico

Responsável técnico: Cláudio Hamilton dos Santos e Camilo Bassi.

4) Dívida Pública: Tópicos Seleccionados

Responsáveis Técnicos: Manoel Carlos Pires (inter-relações entre a dívida pública e a política monetária); Kátia Rocha e Roberto Siqueira (determinantes do diferencial entre os juros pagos pelas dívidas públicas brasileira e dos Estados Unidos da América - i.e. do “spread” da dívida pública brasileira).

Note-se que, (i) por acompanhamento de uma dada variável, entende-se a preparação de um discurso competente sobre a evolução dinâmica do tamanho e da composição dessa variável, assim como das políticas públicas que a afetam; (ii) por mensuração de uma dada variável, entende-se a construção de séries históricas sobre a mesma e a preparação de um discurso competente sobre as diferenças qualitativas entre os vários conceitos utilizados na literatura para mensurar a variável em questão; e (iii) por estudos sobre o “impacto macroeconômico” de uma variável entende-se a construção de estimativas econométricas sobre a correlação (na pior das hipóteses, e causalidade na melhor) entre a referida variável e os principais agregados macroeconômicos. Finalmente, os “tópicos seleccionados” mencionados no item 4 acima compreendem um conjunto de assuntos que, por um lado, são

complexos e importantes o suficiente para justificar atenção especial da coordenação e, por outro, complementam e sofisticam o discurso da mesma acerca dos três primeiros temas.

Programa de Trabalho:

A CFP-DIMAC seguirá a praxe consagrada na antiga CFP-DIRUR de assumir que cada técnico da casa tem condições preparar 2 (dois) textos para discussão (TDs) de bom nível por ano. Isso não significa que ajustes não possam ser feitos no caso de técnicos “novos” na área fiscal e/ou trabalhando em dupla e/ou em temas particularmente exigentes. Mas sinaliza um “benchmark” que se espera ver concretizado em média, ao longo do tempo. Espera-se ainda que todos os textos para discussão produzidos na CFP-DIMAC sejam enviados para publicação, a fim de garantir que sejam lidos por pareceristas externos a casa. Finalmente, espera-se que os técnicos da casa participem de cursos de capacitação profissional que porventura sejam oferecidos pelo IPEA nas áreas de econometria e finanças públicas.

CFP: Programa de Trabalho Preliminar 2008 – Os títulos dos trabalhos mencionados são provisórios.		
Técnico	Primeiro TD	Segundo TD
Cláudio Hamilton dos Santos e Camilo Bassi	“Uma Metodologia Simplificada de Estimação da Carga Tributária Líquida e da Renda Disponível do Setor Privado em Níveis Trimestrais” – Entrega em fevereiro de 2008	“Estratégias Alternativas de Administração da DLSP Brasileira: Notas sobre o Debate Corrente e Novas Estimativas Econométricas” - Entrega em agosto de 2008
Márcio Bruno Ribeiro	“Metodologias Alternativas de Modelagem das Receitas Públicas Brasileiras: Resenha da Literatura e Novas Estimativas Econométricas” – Entrega em março de 2008	“Qual o impacto da carga tributária sobre os investimentos privados no Brasil? Uma análise a partir de dados de painel das empresas brasileiras de capital aberto” – Entrega em setembro de 2008
Mário Jorge Mendonça	“Metodologias Alternativas de Modelagem dos Gastos Públicos Brasileiros: Resenha da Literatura e Novas Estimativas Econométricas” – Entrega em julho de 2008	“O Impacto macroeconômico dos gastos públicos e a condução da política fiscal brasileira no período pós-Real” – Entrega em outubro de 2008
Manoel Carlos Pires	Paper a definir sobre a inter-relação entre a política monetária e a dívida pública/política fiscal – Entrega em abril de 2008	Paper a definir sobre a inter-relação entre a política monetária e a dívida pública/política fiscal – Entrega em setembro de 2008
Kátia Rocha e Roberto Siqueira	“Determinantes macroeconômicos da vulnerabilidade dos emergentes” – Entrega em junho de 2008.	“Análise empírica do diferencial entre a rentabilidade em Reais dos títulos públicos federais brasileiros emitidos no mercado local (<i>onshore</i>) e externo (<i>offshore</i>)” – Entrega em dezembro de 2008
Napoleão Luiz Costa	“A economia política da tributação e dos gastos públicos brasileiros no período pós-Real.” Em co-autoria com Cláudio Hamilton. Entrega em julho de 2008.	“Impactos macroeconômicos e de bem-estar dos incentivos tributários ao investimento: Uma avaliação a partir de um modelo dinâmico de equilíbrio geral computável” – Entrega em dezembro de 2008.
O coordenador se encarregará, ainda, da elaboração do texto do boletim anual de finanças públicas a ser entregue, a princípio, em novembro de 2008. Para tanto, contará com a colaboração de toda a coordenação tanto na discussão do texto em si quanto na elaboração de pequenos textos de suporte (i.e. “background papers”) ao mesmo.		

Plano de Trabalho do Grupo de Análise e Previsões - GAP

O Grupo de Análise e Previsões – GAP produzirá os seguintes documentos:

- 1. *Carta de Conjuntura*** – com periodicidade trimestral, a *Carta de Conjuntura*, traz uma análise dos principais temas econômicos dos três meses precedentes, sempre acompanhada de projeções dos mais importantes indicadores macroeconômicos.
- 2. *Séries Estatísticas Conjunturais*** – Junto com a Carta será disponibilizada, na página do Ipea na internet (www.ipea.gov.br), uma segunda publicação, denominada *Séries Estatísticas Conjunturais*, com diversos quadros e gráficos que permitirão uma observação mais detalhada dos números da economia.
- 3. *Observatório do Desenvolvimento*** – Uma vez por ano, sempre no mês de maio, será publicado o *Observatório do Desenvolvimento*, com trabalhos de pesquisa sobre a economia brasileira. O propósito aqui será permitir uma análise mais aprofundada dos temas tratados, colocando-os numa perspectiva de longo prazo.
- 4. *Indicador Ipea*** – Mensalmente será divulgado o *Indicador Ipea*, que apresentará a projeção calculada pelo Ipea para os resultados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A principal característica dessa publicação está em antecipar em cerca de três semanas a variação da produção industrial calculada pelo IBGE.

Programa de Trabalho para 2008: Coordenação de Estudos sobre a Eficiência e Eficácia da Política Monetária

Projetos de Pesquisa

1.1 - Título: *Efeitos da Política Monetária no Brasil: Resultados de Uma Identificação Agnóstica.*

1.2 – Objetivo:

O artigo pretende estimar os efeitos, sobre os valores trimestrais de um conjunto de variáveis macroeconômicas (inflação, nível de atividade, câmbio, etc.), das alterações não-antecipadas na política monetária, utilizando um modelo VAR estrutural e uma identificação agnóstica. Este artigo permitirá identificar fatos estilizados para a economia brasileira que ajudarão na estimação (calibragem) do modelo do projeto 3 abaixo.

1.3 – Produtos:

Texto para Discussão: Julho de 2008.

Submissão em 2008 para uma das seguintes revistas: Revista Brasileira de Economia, Estudos Econômicos e Revista de Econometria.

Submissão para o Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria (SBE) de 2008.

1.4 – Equipe: Alexis Maka, Elcyon Lima, Marco Antônio Cavalcanti e Paulo Levy.

2.1-Título: *Efeitos da Política Fiscal no Brasil: Resultados de Uma Identificação Agnóstica.*

2.2 – Objetivo:

O artigo pretende estimar os efeitos, sobre os valores trimestrais de um conjunto de variáveis macroeconômicas (inflação, nível de atividade, câmbio, gastos do governo, receita tributária, etc.), das alterações não-antecipadas na política fiscal, utilizando um modelo VAR estrutural e uma identificação agnóstica. Este artigo permitirá identificar fatos estilizados para a economia brasileira que ajudarão na estimação (calibragem) do modelo do projeto 3 abaixo.

2.3 – Produtos:

Texto para Discussão: setembro de 2008.

Submissão em 2008 para uma das seguintes revistas: Revista Brasileira de Economia, Estudos Econômicos e Revista de Econometria.

2.4 – Equipe: Alexis Maka, Elcyon Lima, Marco Antônio Cavalcanti e Paulo Levy.

3.1 - Título: *O Impacto Macroeconômico de Regras Alternativas de Política Monetária para o Brasil*

3.2 – Objetivo:

Elaborar um modelo macroeconômico baseado em microfundamentos consistente com os principais fatos estilizados da economia brasileira, que permita avaliar o impacto macroeconômico de regras de decisão alternativas do Banco Central. Para atingir esse objetivo, será construído e estimado um modelo de equilíbrio geral estocástico dinâmico (MEGED) para o Brasil.

3.3 – Produtos:

Texto para Discussão: dezembro de 2008.

Submissão em 2008 para uma das seguintes revistas: Revista Brasileira de Economia, Estudos Econômicos e Revista de Econometria.

Submissão para o Encontro da Sociedade Brasileira de Econometria (SBE) de 2008.

3.4 – Equipe: Alexis Maka, Elcyon Lima, Marco Antônio Cavalcanti e Paulo Levy.

Plano de Trabalho

Coordenação de Regimes Monetário e Cambial

1. Política cambial e crescimento econômico nos países em desenvolvimento desde Bretton Woods

Eliane Cristina de Araújo

Objetivo geral:

Analisar a condução da política cambial nos países em desenvolvimento e identificar sua relação com o crescimento econômico.

Objetivos específicos

1. Caracterizar os principais elementos de política cambial: regimes, nível e mobilidade de capital.
2. Investigar na literatura econômica a relação entre política cambial e crescimento econômico;
3. Estudar empiricamente a condução da política cambial em um conjunto de países em desenvolvimento selecionados, buscando entender a relação entre crescimento econômico e política cambial.
4. Analisar a política cambial no Brasil e comparar com experiências internacionais.

início previsto

10 de outubro de 2007

Duração

31 de setembro de 2008

Responsável Técnico

Salvador Teixeira Werneck Vianna

Equipe

André de Melo Modenesi

Eliane Cristina de Araújo

Mauro Rochlin

Produtos e suas datas

Pretende-se elaborar três textos para discussão e posteriormente transformá-los em artigos acadêmicos.

Até janeiro de 2008 objetiva-se elaborar um texto para discussão com os objetivos específicos 2 e 3 do trabalho e, posteriormente, um artigo em revista.

Até maio de 2008 pretende-se repetir o procedimento para o objetivo específico 4.

Até setembro de 2008 elaborar-se-á um texto para discussão e um artigo sobre as principais conclusões dos objetivos específicos 1, 2, 3, 4.

Programa de Trabalho – 2008

2. Marco Antônio F. de H. Cavalcanti

Projeto	Título	Produtos Esperados	Observações
1	Impactos macroeconômicos e de bem-estar dos incentivos tributários ao investimento: Uma avaliação a partir de um modelo dinâmico de equilíbrio geral	<ul style="list-style-type: none">• TD (Dezembro de 2008)• Submissão para periódico nacional	Trabalho em conjunto com Napoleão Silva
2	Efeito da Política Monetária no Brasil: Resultados de Uma Identificação Agnóstica	<ul style="list-style-type: none">• TD (Julho de 2008)• Submissão para periódico nacional	Trabalho em conjunto com Alexis Maka, Elcyon Lima, e Paulo Levy
3	Efeito da Política Fiscal no Brasil: Resultados de Uma Identificação Agnóstica	<ul style="list-style-type: none">• TD (Dezembro de 2008)• Submissão para periódico nacional	Trabalho em conjunto com Alexis Maka, Elcyon Lima, e Paulo Levy
4	O Impacto Macroeconômico de Regras Alternativas de Política Monetária no Brasil: Uma avaliação a partir de um modelo dinâmico estocástico de equilíbrio geral	<ul style="list-style-type: none">• TD (Dezembro de 2008)• Submissão para periódico nacional	Trabalho em conjunto com Alexis Maka, Elcyon Lima, e Paulo Levy

Programa de Trabalho – 2008

3. Roberto Pires Messenberg

Projeto / Atividade	ANÁLISE DOS MECANISMOS DE TRANSMISSÃO DA POLÍTICA FISCAL
Objetivo	__Pesquisar os mecanismos de transmissão da política fiscal e avaliar os impactos das variáveis fiscais sobre a trajetória da inflação a partir dos anos 90.
Início previsto	__SETEMBRO/2007 SETEMBRO/2008
Duração	12 MESES
Responsável Técnico	Roberto Pires Messenberg
Equipe	Roberto Pires Messenberg
Produtos e suas datas	Relatório Parcial de Desenvolvimento: Maio de 2008 Relatório Final: Setembro de 2008

4. A política macroeconômica dos países mais dinâmicos (provisório)

Mauro Rochlin

A suposição de que todo país está destinado, em algum momento, a se desenvolver confronta-se com a evidência, cada vez maior, de que o desenvolvimento não ocorre por mero acaso. Assim, se aceitarmos a hipótese de que o desenvolvimento econômico não é um processo que emerge espontaneamente, nos defrontaremos, inevitavelmente, com a seguinte questão: por que alguns países são tão ricos e outros tão pobres?

Tendo como pano de fundo essa questão econômica crucial – o que determina o crescimento econômico dos países – este projeto tem por propósito investigar a afinidade entre política macroeconômica e crescimento econômico, analisando as políticas adotadas pelos países que registraram maior crescimento no último quarto de século. Para isso ele procura identificar semelhanças e contrastes na condução da política macroeconômica desses países, buscando estabelecer uma taxonomia que associe a adoção de políticas ativas à ocorrência de maiores taxas de crescimento econômico.

A idéia é verificar a ocorrência de padrões de política que estejam associadas à emergência de trajetórias auspiciosas de crescimento econômico. Nesta linha, o trabalho analisa as políticas monetária, cambial e fiscal dos países que registraram as maiores taxas de crescimento do PIB.

Prazo: setembro de 2008

5. O Mecanismo de Transmissão da Política Monetária após o Plano Real

André de Melo Modenesi

Objetivo

São fundamentalmente dois os principais objetivos: (1) Investigar e descrever o funcionamento do mecanismo de transmissão da política monetária no Brasil, após a estabilização de preços obtida com o Plano Real; e (2) Mensurar o impacto da taxa básica de juros (Selic) sobre um conjunto de variáveis macroeconômicas, notadamente a taxa de inflação e a taxa de câmbio (nominal).

O primeiro objetivo será realizado pela investigação empírico-institucional da condução da política monetária, e o segundo por meio da análise do comportamento das séries temporais das variáveis citadas, com base em um modelo de vetores auto-regressivos (VAR).

Produtos

Pretende-se elaborar três textos para discussão e posteriormente transformá-los em artigos acadêmicos.

Cronograma

Fases	PERÍODO	Out- Dez 2007	2008 1° Tri	2008 2° Tri	2008 3° Tri	2008 4° Tri
Pesquisa e Leitura da Bibliografia Seleccionada		X				
Artigo 1			X			
Artigo 2				X		
Artigo 3					X	

PLANO DE TRABALHO - 2008

Coordenação de Comércio Exterior e Política Comercial

Coordenador: Honorio Kume

Técnicos de pesquisa: Guida Piani e Pedro Miranda

Projeto / Atividade	Objetivo	Equipe	Produto	Data
1. O comércio de serviços no Mercosul - a inserção brasileira	Avaliar o estágio atual das negociações no setor de serviços no comércio regional e estimar os efeitos de uma integração entre os países nos casos de telecomunicações e serviços financeiros	Honorio Kume e Pedro Miranda	Artigo ou Capítulo de livro (Rede Mercosul)	Maio/2008
2. Comércio e crescimento no Mercosul	Mostrar a relação entre a liberalização comercial e crescimento econômico nos países do Mercosul, em especial, os impactos da política comercial a partir dos anos 1990	Honorio Kume, Guida Piani e Pedro Miranda	Capítulo de livro (Rede Mercosul)	Junho/2008
3. Crescimento econômico, instituições e política comercial no Brasil	Avaliar o papel da política comercial e das instituições do Mercosul sobre o crescimento econômico brasileiro	Honorio Kume, Guida Piani e Pedro Miranda	Capítulo de livro (Rede Mercosul)	Junho/2008
4. Brasil: uma economia aberta? Evidências empíricas para o período 1990-2000	Estimar o grau de abertura comercial brasileira com base em um modelo gravitacional e comparar com os resultados estimados para outros países	Honorio Kume, Guida Piani e Pedro Miranda	TD e Artigo	Agosto/2008
5. Medidas antidumping nos EUA e impactos sobre as exportações brasileiras	Estimar o efeito das medidas antidumping aplicadas pelos EUA sobre as exportações brasileiras	Honorio Kume, Roberto Siqueira*, Pedro Miranda e Marta Castilho**	TD e Artigo	Outubro/2008
6. Mudanças na COFINS e no PIS-PASEP e a estrutura de incentivos à produção doméstica	Calcular a alíquota efetiva do PIS-COFINS incidente nas importações e estimar as mudanças na estrutura de proteção efetiva no Brasil	Honorio Kume e Pedro Miranda	TD e Artigo	Dezembro/2008
7. Acordos preferenciais de comércio: os regimes de origem substituem as tarifas?	Revisão do texto cujo objetivo é avaliar o papel do requisito de origem no Mercosul, no Nafta e na UE, determinando se os tipos de regras estão associados ao nível das tarifas aduaneiras	Honorio Kume, Guida Piani e Pedro Miranda	Artigo	Março/2008

* Coordenação de Economia Financeira - IPEA. ** Faculdade de Economia - UFF

Coordenação de Economia Financeira

A - Spatial Stochastic Frontier Models: Accounting for Unobserved Local Determinants of Inefficiency

Co-autores: Alexandra Schmidt, Ajax Moreira, Thais Fonseca e Steven M. Helfand

Prazo: TD já publicado e submetido para o Journal of Productivity Analysis em 03/2007

B – Determinantes da Eficiência do Gasto Municipal

Co-autores : Ajax Moreira e Ronaldo Seroa da Mota

Prazo : TD já publicado, submissão de artigo até 02/2008

C - Choques macro e a curva de Juros no Brasil e nos EUA

Co-autores : Ajax Moreira e Marco Matsumura

Prazo : TD já enviado para a publicação, submissão de artigo até 03/2008

D – Retorno de escala da Produtividade agrícola.

Co-autores : Ajax Moreira e Steve Helfand

Prazo : TD já publicado, submissão artigo até 04/2008

E – Construção e Explicação de Indicadores Diretos de Privação Material das Famílias Brasileiras com Dados das POFs

Medidas de renda são usualmente empregadas como indicadores de bem-estar e satisfação material. Neste sentido, a linha de pobreza é definida como um nível de renda abaixo do qual uma participação normal na vida social fica severamente prejudicada. Trabalhos recentes têm contestado esta visão convencional com base em resultados empíricos que apontam para o descasamento entre a renda corrente das famílias e medidas diretas, tanto objetivas como subjetivas, de satisfação das necessidades materiais. Com esta motivação, a pesquisa aqui proposta objetiva estender esta linha de estudo para o caso das famílias brasileiras no passado recente, lançando mão de uma extensa e valiosa fonte de informação contida nas POFs produzidas pelo IBGE. Basicamente, o trabalho compreende três partes:

1. a construção de indicadores diretos e objetivos de privação material para as famílias brasileiras a partir da informação disponível sobre seu consumo;
2. a construção de indicadores diretos e subjetivos de privação material para as famílias brasileiras a partir da informação disponível sobre seu grau de satisfação com os recursos totais auferidos para o atendimento de suas necessidades materiais;
3. o emprego de uma estratégia econométrica adequada para a seleção das variáveis capazes de explicar o comportamento dos indicadores acima especificados, tais como variáveis demográficas (idade, gênero, raça, estado civil, educação, tamanho e composição da família) e variáveis econômico-financeiras.

Co-autores : Marcos Silveira e Marcelo Pessoa

Prazo : TD até 04/2008; submissão do artigo até 12/2008

F- Risco de crédito soberano

O objetivo é decompor o movimento dos spreads em variáveis de estado de um modelo de estrutura a termo com default. Mensuramos o impacto que choques macroeconômicos domésticos e externos causariam no spread da curva soberana brasileira. Por exemplo, o VIX, reservas internacionais ou liquidez mundial. Diversos modelos podem ser aplicados, dentre modelos de não-arbitragem ou modelos econométricos como Nelson-Siegel. A proposta é refinar e melhorar o modelo atual, ampliando a gama de variáveis macroeconômicas que podem ser incluídas ao tornar o modelo mensal, mas usando todos os dados disponíveis da curva de juros, como fizemos em modelo anterior para o caso doméstico.

Abrimos também a possibilidade de, num segundo momento, tornar o modelo multi-mercado, de modo a tentar mensurar tendências comuns entre mercados emergentes. Estudo recente de Diebold-Li-Yue (2007) mostra que existe uma tendência comum entre mercados maduros como dos EUA, Inglaterra, Japão e Alemanha, e que esse fator global teria conteúdo econômico a ser explorado.

Autor : Marco Matsumura

Prazo : Versão para TD até 7/2008 e submissão de artigo até 11/2008

G - Previsão de Curva de Juros

Utilizar o ferramental estatístico já desenvolvido para a estimação do modelo de macro-finanças que relaciona a curva de juros com variáveis observadas para 3 exercícios: 1)aperfeiçoar a medida da CJ brasileira com fontes de dados alternativas; 2) analisar a capacidade de variáveis macro ou financeiras de antecipar os movimentos da CJ, seguindo abordagem proposta por Diebold-Li (2006) e Christensen et al (2007); e 3)avaliar o desempenho preditivo para os horizontes, diário, semanal, mensal, anual;

Autor : Marco Matsumura

Prazos : TD até 6/2008 e submissão de artigo até 12/2008

H- Política Fiscal e a Curva de Juros

Diversos autores tem enfatizado a relação entre o tipo de política fiscal e o mercado financeiro, Cantor e Parker (1996), Kaminsky (1997), e particularmente Alesina e Perotti (1996) que analisa o efeito de dois tipos de ajustamento fiscal: 1) redução das despesas; e 2) aumento da receita ou redução do investimento. Os autores argumentam que o primeiro tipo por ser sustentável tende a promover redução dos spreads ao contrário do segundo. Nesta pesquisa pretende-se avaliar utilizando um painel de curvas de juros de países emergentes, o efeito dos 2 tipos de ajustamento sobre o nível e inclinação da curva de juros.

Autor : Ajax Moreira

Prazo : TD : 07/2008 submissão de artigo 12/2008

2. Plano de Trabalho Técnico-Administrativo

FORTALECIMENTO E AMPLIAÇÃO DO IPEADATA – iniciaremos contato com a FINEP para financiar esta empreitada. Segue projeto anexado (DOCUMENTO 3).

Responsáveis: Eustáquio Reis (técnico DIMAC) e Renaut Michel.

Deadline: junho de 2010

LIVRARIA ITINERANTE – segue projeto anexado (DOCUMENTO 4).

Responsáveis: Renaut Michel e Antonio Rito (administrativo DIMAC)

Deadline: março de 2008

DISTRIBUIÇÃO DA REVISTA DESAFIOS A FORMADORES DE OPINIÃO - estamos desenvolvendo uma rede de distribuidores da Revista que está sendo composta por diretorias de centros de pós-graduação em Economia, associações de funcionários, jornalistas e formadores de opinião. Já fechamos parceria para distribuição com a associação de funcionários do BNDES, com a diretoria do mestrado em políticas públicas da ENCE/IBGE, com professores do Mestrado em Economia da Candido Mendes, com o IBASE, com a Redação da Folha de São Paulo no Rio, com a Redação do Estadão no Rio, com a Redação do jornal Valor no Rio etc.

Responsáveis: Renaut Michel e Antonio Rito (administrativo DIMAC)

Deadline: junho de 2008

DOCUMENTOS

DOCUMENTO 1

Título do livro: Estratégias de Crescimento e Produto Potencial

O livro "Estratégias de Crescimento e Produto Potencial" será organizado pelo diretor de Estudos Macroeconômicos (DIMAC), João Sicsú, e por dois técnicos do Grupo de Análise e Previsões subordinado à DMAC, os servidores Leonardo Mello de Carvalho e José Ronaldo de Castro Souza Jr.. O livro é uma coletânea de artigos cujos autores escolhidos expressam visões específicas sobre o tema. O leque de autores representa um conjunto de interpretações diferenciadas e particulares seja porque acreditam em determinadas hipóteses econômicas, seja porque ocupam posição profissional em órgãos singulares, tais como o BNDES, o IBGE, o IPEA, o Ministério da Fazenda e Universidades. Um número significativo de técnicos do IPEA também contribuirá na condição de autores de capítulos do livro. O IPEA pretende, a partir do lançamento do livro organizar e estimular o debate sobre os rumos econômicos da sociedade brasileira nos próximos anos. A motivação fundamental para a organização do livro é que pesquisadores e gestores de políticas públicas devem levar em consideração fatos correntes (conjunturais) e possibilidades de mudanças de longo prazo (tendência e ciclo) em suas análises e decisões. O livro será lançado provavelmente entre abril/maio.

Autor(es)/Instituição/Título do Capítulo

1)-Nome: Armando Castelar Pinheiro

Instituição: IPEA

Título do capítulo: Segurança jurídica e crescimento econômico: desafios para o Brasil do século XXI

2)-Nome: Antônio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza

Instituição: BNDES

Título do capítulo: Potencial de crescimento e estratégia de transformação da economia brasileira

3)-Nome: Eduardo Albuquerque

Instituição: UFMG / CEDEPLAR

Título do capítulo: Catching up no século XXI: a construção combinada de sistemas de inovação e de bem-estar social em um contexto democrático e participativo

4)-Nome: Elcyon Caiado Rocha Lima

Instituição: IPEA

Título do capítulo: Inflação e nível de atividade no Brasil: estimativas da trajetória do produto que manteria a estabilidade da taxa de inflação

5)-Nome: Fernando Cardim de Carvalho

Instituição: UFRJ / IE

Título do capítulo: Aspectos teóricos da conexão entre comportamento e resultados de curto e longo prazos na economia

6)-Nome: Jennifer Hermann

Instituição: UFRJ / IE

Título do capítulo: O papel dos bancos de desenvolvimento na "era da liberação financeira": o caso do BNDES

7)-Nome: Ana Claudia Alem

Instituição: BNDES

Título do capítulo: Uma reflexão sobre as restrições ao crescimento econômico brasileiro: uma abordagem alternativa à do produto potencial

8)-Nome: José Ronaldo Souza Junior e Leonardo Mello de Carvalho

Instituição: IPEA

Título do capítulo: Produto potencial: conceitos e metodologias

9)-Nome: José Ronaldo Souza Junior e Leonardo Mello de Carvalho

Instituição: IPEA

Título do capítulo: Estimativa do produto potencial para a economia brasileira (1992-2007)

10)-Nome: Paulo Gala e Rogério Mori

Instituição: FGV / SP

Título do capítulo: Produto potencial e estratégias de crescimento: sobre os impactos do nível do câmbio real na formação bruta de capital fixo e no produto potencial

11)-Nome: Miguel Bruno

Instituição: IBGE / ENCE

Título do capítulo: Regime de crescimento e acumulação de capital no Brasil: tendências macroeconômicas e especificidades estruturais do período pós-liberalização

12)-Nome: Frederico G. Jayme Junior e Marco Flávio da Cunha Resende

Instituição: UFMG / CEDEPLAR

Título do capítulo: Crescimento econômico e restrição externa no Brasil

13)-Nome: Roberto Ellery Junior

Instituição: UNB

Título do capítulo: Estratégias para o crescimento da economia brasileira

14)-Nome: Ernani Teixeira e Fernando Puga

Instituição: BNDES

Título do capítulo: Perspectivas do investimento no Brasil: 2008-2011

15)-Nome: João Sicsú

Instituição: IPEA

Título do capítulo: Reflexões sobre a influência das variáveis econômicas de curto prazo sobre trajetórias de crescimento.

16)-Nome: Nelson Barbosa

Instituição: Ministério da Fazenda

Título do capítulo: Estimando o produto potencial brasileiro: notas metodológicas

DOCUMENTO 2

O Brasil Precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento?

Armando Castelar Pinheiro

Uma estratégia desenvolvimento é uma “visão” de para onde se quer levar a economia. Mais ao ponto, pode ser descrita como um conjunto de metas, instrumentos e responsabilidades explicitadas em um programa plurianual de políticas públicas, que seja percebido pela sociedade como factível, legítimo e objeto do comprometimento governamental. Se bem concebida e implementada, ela pode reduzir o risco e alongar os prazos do investimento, elevando sua eficiência, principalmente se for percebida como válida para além do ciclo eleitoral. Para o setor público, em especial, uma estratégia de desenvolvimento é fundamental para orientar e dar consistência intertemporal às suas políticas, atividades e investimentos, melhorando a qualidade da gestão e a eficiência do seu gasto.

O Brasil poderia se beneficiar da adoção de uma estratégia de desenvolvimento que desse organicidade e consistência às políticas públicas, ao mesmo tempo que alongasse seus horizontes, incluindo-se aí a definição de um plano de médio prazo para as contas públicas. A maioria das pessoas possivelmente concorda com essa afirmação. O diabo, como diz o ditado, mora nos detalhes: há na praça quase tantas propostas diferentes de estratégias quanto pessoas que concordam com a sua utilidade. Para separar o que faz do que não faz sentido é necessário, como critério mínimo, testar sua consistência com as identidades e teoria econômicas, assim como a sua aderência aos números. Também se deve avaliar sua coerência com o processo histórico de desenvolvimento do país -- a forma como os avanços aconteceram e foram gerando os gargalos que hoje restringem um progresso mais célere. Discutindo esse tema, Irma Adelman lembra que o que é bom em uma fase do processo de desenvolvimento pode ser ruim na fase seguinte, que há irreversibilidades que tornam o processo dependente das escolhas feitas no passado, e que, portanto, a melhor estratégia para um país em um dado momento deve ser ancorada em um apropriado entendimento da sua situação presente, assim como de sua histórica. É esse o ponto de partida deste artigo.

O que se entende por desenvolvimento econômico, o alvo final das estratégias aqui discutidas? Não há uma definição oficial ou única, mas em geral ele se caracteriza por uma conjugação de crescimento rápido e auto-sustentado, transformação da estrutura econômica, avanço tecnológico, progresso institucional e melhoria dos indicadores sociais. Mais recentemente, se incorporou a essa definição a exigência de sustentabilidade ambiental. Historicamente, o desenvolvimento esteve associado ao aprofundamento e à sofisticação do processo de industrialização. Até hoje é comum referirmo-nos aos países desenvolvidos como “industrializados”. Como nos setores industriais à época mais tecnologicamente sofisticados prevaleciam processos produtivos caracterizados por indivisibilidades e escalas de produção elevadas, para o tamanho do mercado doméstico de então, e tendo em vista a existência de falhas de coordenação e a atrofia do sistema financeiro, no pós II Grande Guerra prevalecia a visão de que o desenvolvimento só ocorreria com a intervenção do Estado nas decisões de investimento e produção.

Argumentava-se que os países subdesenvolvidos eram prisioneiros de um equilíbrio de baixo nível, uma espécie de armadilha do subdesenvolvimento, da qual não escapariam por meio apenas do livre funcionamento das forças de mercado. Era necessário criar desequilíbrios para tornar atrativos certos tipos de investimento que não atraíam o setor privado em uma situação de equilíbrio, ou então realizar diretamente esses investimentos por meio de instituições ou empresas públicas. Tarifas de importação elevadas, subsídios tributários e creditícios, políticas de câmbio múltiplo são exemplos de instrumentos utilizados para distorcer preços relativos, gerar rendas monopólicas e produzir os desequilíbrios com os quais se canalizava o investimento privado para as atividades que o Estado desejava promover. Esses incentivos eram complementados por rígidos controles sobre o quê – assim como sobre quem, quanto e quando -- poderia ser produzido, importado ou exportado, restringindo a competição e limitando a livre alocação de recursos, de forma a impedir movimentos de arbitragem que eliminassem essas rendas monopólicas (por exemplo, por meio de importações competitivas).

Na América Latina, a tese em favor da industrialização induzida ou feita diretamente pelo Estado foi reforçada pelo pessimismo exportador dos estruturalistas, para quem as baixas elasticidades renda e preço das exportações de países pobres levariam a uma tendência secular de declínio nos seus termos de troca com os países ricos, que condenaria os países orientados para as exportações a um estado permanente de pobreza. Dada a estrutura produtiva de países ricos (indústria) e pobres (commodities), enquanto naqueles o progresso técnico levaria à melhoria no padrão de vida dos trabalhadores, nestes esse se transformaria em queda de preços e transferência de renda ao exterior. A única saída seria a industrialização, que por falta de competitividade externa desses países teria de ser feita por intermédio da substituição de importações. E pensar que seriam as commodities que provocariam o grande impulso econômico da América Latina meio século depois, ou que o Brasil estaria apostando tantas fichas na globalização do uso do etanol combustível!

A União Soviética, que alcançou avanços significativos em termos de industrialização com um programa de forte intervenção estatal, era então o paradigma a ser emulado, com as devidas adaptações. Era uma época em que se traçavam estratégias de desenvolvimento com base nas soluções de problemas de programação linear, calcados em matrizes insumo-produto, que apontavam onde e em que quantidade os investimentos deveriam ser feitos. O Brasil abraçou com força essa estratégia de planejamento e controle da oferta pelo Estado, ainda que talvez seja um exagero afirmar, como fez Eugênio Gudin, em 1974, que “o capitalismo brasileiro [era] mais controlado pelo Estado do que em qualquer outro país, exceto naqueles sujeitos aos regimes comunistas”.

Esse tipo de estratégia de desenvolvimento, epitomada pelos Planos Nacionais de Desenvolvimento, manteria seu prestígio no Brasil até a década de 1970, mas entraria em declínio, como em quase toda parte, a partir dos anos 1980. Vários fatores contribuíram para isso; um dos mais importantes foi o fracasso dos países em desenvolvimento em desenvolver-se, talvez o atestado principal dos limites desse tipo de estratégia, que depois seria reforçado pelo próprio dismantelamento da União Soviética e o abandono do modelo econômico planejado pelos países ex-comunistas. Conta-se nos dedos da mão os países que passaram de subdesenvolvidos a desenvolvidos nas últimas seis décadas: Japão, Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Israel.

No Brasil, como se sabe, essa estratégia foi insuficiente para alçar o país à condição de desenvolvido, mas foi bem sucedida, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, em gerar um forte crescimento econômico, ainda que o progresso nas demais dimensões do desenvolvimento, do social ao ambiental, tenha sido comparativamente mais modesto. A década de 1980, por outro lado, foi marcada por baixo crescimento e grande instabilidade macroeconômica, em parte fruto de choques externos, mas também do acúmulo de problemas gerados pelos “desequilíbrios estruturantes” da estratégia de desenvolvimento adotada desde meados do século, em que distorções que se pretendiam temporárias e localizadas tornaram-se permanentes e cumulativas.

Foi a incapacidade dessa estratégia em continuar gerando elevadas taxas de crescimento, junto com a crise fiscal em que mergulhou o país, que limitava a sua aplicação na prática, assim como as mudanças de prioridades resultantes da redemocratização do país que levaram ao seu abandono. Mas é importante notar que isso refletiu tanto os fracassos quanto os sucessos dessa estratégia: também nas áreas em que se avançou era importante mudar. Como lembra Irma Adelman, “[d]esenvolvimento significa alterar sistematicamente as metas, os mecanismos, as modalidades, os agentes e as instituições responsáveis por sua promoção. A única constante no desenvolvimento é a mudança sistemática.”

Em outras palavras, e sem entrar no mérito do que havia de bom ou ruim no modelo anterior, a estratégia que serviu para transformar o Brasil de 1950 no de 1980 não servia mais para fazê-lo dar os passos seguintes na sua trajetória de desenvolvimento. Não que aqueles que tinham se acostumado a receber as benesses públicas distribuídas com base no modelo anterior estivessem dispostos a delas abrir mão sem luta. Não por outra razão até hoje continua sendo tão difícil eliminar subsídios públicos que nada mais fazem do que redistribuir renda em favor de grandes empresas e grupos de interesse bem situados na escala social, perpetuando as desigualdades de renda.

Refletindo os avanços realizados nas décadas anteriores, os desafios então colocados para o país, em especial a crise fiscal, e a necessidade de reverter políticas que haviam perdido sua funcionalidade ou gerado novos tipos de problemas, a nova estratégia focou na estabilização de preços e na liberalização econômica. Amadureceu nessa época a percepção de que “falhas de governo” poderiam ser tão ou mais prejudiciais ao desenvolvimento econômico do que as “falhas de mercado”, tanto pela má alocação de recursos resultante da distorção de preços relativos, como pelo consumo de recursos escassos na tentativa de manter ou ampliar as renda monopólicas recebidas do Estado. Assim, decidiu-se substituir o modelo de controle e comando pelo Estado por mais competição, corrigindo os preços relativos domésticos, alinhando-os aos preços internacionais, e dando mais liberdade para o setor privado decidir como, onde e quando investir e produzir. Ao Estado caberia corrigir os desequilíbrios macroeconômicos acumulados nas décadas anteriores, ajustando as contas públicas e reduzindo a inflação. No mais, deveria concentrar sua energia em melhorar os indicadores sociais, notadamente na educação e na saúde; fortalecer as instituições; cuidar do meio ambiente; e concentrar seus investimentos em setores com elevados hiatos entre os retornos social e privado.

Em especial, abandonava-se a premissa balizadora da estratégia anterior, de que a economia funcionava de forma diferente nos países em desenvolvimento, e que por isso estes

necessitavam de teorias e políticas diferentes das que faziam sentido nos países ricos. Convergiu-se então para a visão de que os fundamentos econômicos são os mesmos em países desenvolvidos e em desenvolvimento, e o objetivo das políticas públicas deve ser melhorá-los. Assim, parecido com o que se fizera no imediato pós II Grande Guerra, mas agora focando mais nos fundamentos do que nos resultados finais, se buscou uma nova estratégia de desenvolvimento a partir da identificação dos fundamentos cujos indicadores nos países pobres estavam mais distantes dos observados nas economias desenvolvidas, ainda que nem sempre estas se apresentassem como um conjunto homogêneo.

Foi com esse pano de fundo que chegou ao Brasil o chamado “Consenso de Washington”, que propugnava um conjunto de reformas consistindo de disciplina fiscal, aumento dos gastos públicos em educação e saúde, reforma tributária, taxas de juros determinadas pelo mercado, taxas de câmbio competitivas, abertura comercial e ao investimento direto externo, privatização, desregulamentação, e respeito aos direitos de propriedade. Na década de 90, o “Consenso” serviu de base para uma agenda de desenvolvimento, em certo sentido implícita, tendo-se promovido nesse período amplas reformas estruturais, não apenas no Brasil como também em outros países latino-americanos.

Os resultados desse processo de reformas orientadas para o mercado foram positivos, na média, mas ficaram inicialmente aquém do que se esperava em termos de aceleração do crescimento, ainda que se tenha observado, concomitantemente, progressos relativamente significativos nas outras dimensões do desenvolvimento, em especial em relação aos indicadores sociais e à preocupação com o meio ambiente. Só em meados desta década o crescimento econômico viria se acelerar de forma mais substantiva, sugerindo a existência de uma significativa defasagem entre as reformas e o seu impacto sobre o desempenho do PIB.

A frustração com os resultados iniciais das reformas, em termos de aumento da taxa de crescimento, e a percepção de que há espaço para uma aceleração ainda mais forte levaram a três tipos de interpretações. Uma, que o crescimento não se acelerou como esperado porque as reformas não foram, de fato, implementadas na profundidade proposta. Cita-se em defesa desse argumento o fato de que os países que mais progresso fizeram na adoção das reformas – o Chile, por exemplo -- são os que apresentam melhor desempenho na região, enquanto os que menos reformaram – o Paraguai, por exemplo – estão entre os com pior desempenho. Além disso, é evidente que as reformas não foram concluídas em muitos países, inclusive o Brasil.

Uma segunda visão é de que a falta de uma maior aceleração do crescimento resultou de o conjunto de reformas não ter sido suficientemente abrangente, sendo necessário completá-lo com uma segunda geração de reformas, voltada para modernizar as instituições que moldam o ambiente em que se desenrola a atividade econômica, criando ou desenvolvendo as “instituições econômicas do capitalismo”. De acordo com essa visão, cabe ao Estado estabelecer uma infra-estrutura institucional que permita ao mercado funcionar adequadamente, infra-estrutura que existe nos países desenvolvidos mas não nos em desenvolvimento.

Essa visão pode ser resumida em três proposições. Primeiro, ter uma economia estável, com preços relativos corretos, deve ser um objetivo prioritário da política econômica. Sem eles aumenta o risco e diminui a produtividade da atividade econômica e dos investimentos. Assim, as políticas do Consenso de Washington devem ser perseguidas. Segundo, risco e preços relativos também são afetados pelo aparato institucional de um país, de forma que mesmo em uma economia estável e relativamente aberta o investimento e a produtividade podem ficar abaixo do potencial, reduzindo o crescimento. O receituário do Consenso não é suficiente para promover o crescimento e as reformas institucionais também são necessárias. Terceiro, a intervenção do Estado na economia, realizando diretamente, obrigando ou dando incentivos tributários ou creditícios para a realização de determinados investimentos e/ou atividades é um arranjo institucional que em geral produz resultados inferiores aos que poderiam ser obtidos com a correção das falhas institucionais que aumentam o risco e os custos de transação.

Mesmo essa versão ampliada do Consenso de Washington tem sido alvo, porém, de críticas, notadamente de autores que argumentam que não é possível promover o desenvolvimento adotando um único conjunto de políticas para todos os países em todos os momentos; cada país deve procurar uma estratégia de desenvolvimento adequada às suas características, seu grau de desenvolvimento e sua situação presente. Isso não significa, porém, ignorar as lições da teoria ou da evidência histórica e de outros países. Como adverte Dani Rodrik, há um conjunto de leis ou princípios universais que devem ser respeitados em qualquer estratégia de desenvolvimento, tais como disciplina macroeconômica; respeito à segurança jurídica; políticas públicas, inclusive regulação, de boa qualidade; e incentivos e preços corretos, por intermédio de uma economia relativamente aberta e com livre competição. O que essa terceira visão argumenta é que, apesar de existirem certas regularidades e seqüências preferíveis, uma estratégia de desenvolvimento não pode ignorar o que há de específico em cada caso particular. Respeitadas as “leis universais”, cada país deve adotar sua própria estratégia de desenvolvimento, ajustando-a às suas características individuais.

A chamada Metodologia de Diagnóstico do Crescimento, proposta por Ricardo Hausmann, Dani Rodrik e Andres Velasco, instrumentaliza esta visão, com a sugestão de que estratégias de desenvolvimento sejam desenhadas a partir de um diagnóstico sistemático e abrangente que identifique o principal obstáculo ao crescimento em cada país, em cada momento. Os autores criticam a adoção de listas uniformes de reformas, observando que estas podem levar à implementação de reformas segundo melhores que restrinjam, ao contrário de flexibilizar, o potencial de crescimento. Ainda que partindo de uma lista comum de potenciais gargalos, que começa pela separação entre barreiras à rentabilidade do investimento e fatores que elevam o custo de financiamento, a utilidade dessa abordagem reside na percepção de que as reformas prioritárias tenderão a variar de um caso para outro.

Qual dessas visões é mais relevante para o desenho de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil neste início de século? Todas três. O Brasil parou a meio caminho na implementação das reformas do Consenso e precisa avançar com várias delas, como o fortalecimento dos direitos de propriedade e a melhoria nos serviços de saúde e educação básica, para ficar nos casos mais evidentes. As reformas já adotadas tornam urgente

avançar no fortalecimento e no aperfeiçoamento das instituições, das agências reguladoras às regras de abertura e fechamento de empresas. Finalmente, um país como o Brasil -- distante dos grandes centros e maior, mais desigual, mais urbanizado e mais industrializado que a maior parte dos outros países em desenvolvimento – necessita pensar individualmente no seu próprio modelo de desenvolvimento, identificar seus próprios gargalos ao crescimento, ainda que respeitando sempre as “leis universais” a que se referiu Dani Rodrik.

Independentemente da visão que se adote, a disfuncionalidade do Estado brasileiro aparece como o principal obstáculo à aceleração do desenvolvimento do Brasil. O Estado brasileiro é disfuncional em várias dimensões. Sua política macroeconômica é ineficiente, pois pisa no acelerador com uma política fiscal expansionista, enquanto usa o freio de mão da política monetária para segurar a demanda do setor privado, provocando uma desnecessária apreciação do câmbio. Ele gasta e tributa muito, uma tributação instável e regressiva, que fomenta a informalidade e o desvio de recursos escassos para a administração e o planejamento tributários. Apesar de gastar muito, investe pouco, comprometendo a qualidade da infra-estrutura, já que também não cria condições regulatórias adequadas para que o setor privado invista um volume suficiente de recursos no setor. É um Estado ineficiente na provisão de serviços públicos, levando o país a conviver com indicadores ruins de saúde, educação e segurança públicas, a despeito do elevado gasto nessas áreas. Finalmente, mas não menos importante, falha em não prover um nível adequado de segurança jurídica, desestimulando o investimento e o crescimento da produtividade.

Segue desse diagnóstico, assim como das análises disponíveis sobre a situação econômica e social do país, que os pilares principais de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil atual deveriam ser:

- Melhorar a qualidade da política macroeconômica, o que exige reduzir o caráter expansionista e pró-cíclico da política fiscal, abrindo espaço para uma redução não-inflacionária dos juros. Numa perspectiva de médio prazo, mas com base em um plano fiscal plurianual com metas intermediárias, se deveria aumentar a poupança pública, de forma a viabilizar investimentos na infra-estrutura de saneamento e transportes, reduzir a razão dívida pública / PIB, e abrir espaço para a queda da carga tributária.
- Universalizar a educação básica, da pré-escola ao ensino médio, melhorar sua qualidade, com forte redução da distorção idade-série, e acabar com a gratuidade universal no ensino público superior, de forma a concentrar os subsídios públicos na educação básica e nos estudantes de baixa renda. Reformas semelhantes na saúde, voltadas para universalizar a adoção de procedimentos básicos de alta eficácia e baixo custo, focalizando os subsídios públicos na população de baixa renda e expandindo os sistemas de seguro privado para cobertura de riscos médios e altos, com disponibilização de menu variado de opções. Nos dois casos, se deve recorrer mais intensamente a esquemas de parceria público-privada para a gestão de unidades de saúde e ensino. Além disso, cabe focar as transferências monetárias nos domicílios mais pobres, especialmente naqueles com crianças, quiçá até redistribuindo para esses parte dos subsídios hoje transferidos por meio da previdência social.

- Melhorar o ambiente de negócios e investimentos no país. Para isso se deveria fortalecer a segurança jurídica; simplificar o relacionamento das empresas com a autoridade pública, aí incluídas as normas para instalação, fechamento e operação de empresas; e simplificar e tornar mais eficientes as regulações tributárias e trabalhistas, reduzindo a informalidade.
- Aprofundar o esforço de liberalização econômica, fomentando a eficiência por meio de preços e incentivos corretos, o que em geral pressupõe uma economia aberta e em que a competição prevaleça. Em especial, cabe diminuir a dispersão das tarifas de importação, reduzindo a proteção efetiva de setores como material de transporte, por exemplo, e fortalecer o Sistema de Defesa da Concorrência e as agências reguladoras, estimulando uma melhor coordenação entre elas.
- Avançar no desenvolvimento do setor financeiro, promovendo a queda do custo de capital, alongando prazos, e expandindo a oferta de financiamento, tanto do crédito bancário como daquele concedido via mercado de capitais. Para isso se deve trabalhar no fortalecimento das garantias, na desoneração tributária, na melhoria das informações, e no aumento da competição. Também seria importante reduzir o volume de subsídios canalizados por meio dos bancos públicos, restringir o direcionamento do crédito, e aumentar a transparência com que esses dois instrumentos são utilizados para favorecer determinados tomadores de financiamento, entre outras coisas eliminando o sigilo bancário para as operações que envolvam recursos públicos ou sejam beneficiadas por subsídios cruzados instituídos por regulação governamental.
- Fortalecer a capacidade de o setor público formular e avaliar suas políticas, assim como de corrigir ou compensar as falhas de mercado mais severas, privilegiando o uso de regulações transparentes, com objetivos e metas claras, e combatendo as intervenções com motivações essencialmente políticas. De forma geral, é preciso aumentar a transparência da atuação pública e a capacidade do cidadão monitorá-la e cobrar um melhor desempenho. Para isso contribuiria o desenvolvimento de uma cultura de metas, planejamento e avaliação nos vários ministérios, órgãos e agências estatais. O mesmo vale para as administrações sub-nacionais.

Antes de concluir, cabe observar que o sucesso uma estratégia de desenvolvimento não se encerra no enunciado de suas linhas mestras; é preciso detalhar as propostas, estabelecer metas etc. Além disso, é fundamental que haja um forte compromisso público com linhas de atuação claras, consistentes e aceitas por investidores e outros agentes econômicos. É a antítese do que frequentemente se vê, em que o discurso do governante varia conforme a platéia e a ocasião.

A Construção de uma Estratégia de Desenvolvimento

João Sicsú

Uma estratégia de desenvolvimento econômico e social para o Brasil deve ser composta de duas partes. A primeira é o ponto final, ou seja, *para onde se quer levar a sociedade*. E a segunda é a *trajetória econômica* que deve facilitar a chegada ao ponto final – um País com a máxima qualidade de vida para todos. Uma estratégia de desenvolvimento para ser factível deve, acima de tudo, emular o imaginário da sociedade, ser transformada em sonho, utopia e orgulho. Políticas públicas, instrumentos, objetivos, metas, mecanismos de avaliação devem, de forma inescapável, compor uma estratégia de desenvolvimento, mas se ela não for transformada em sonho da maioria dos cidadãos permanecerá como mais um documento na gaveta.

Indivíduos têm percepções diferenciadas da realidade presente, do passado e do futuro. Muitos aspectos podem explicar essas percepções diferenciadas: grau de formação, de informação, acesso à cultura, ao lazer, inserção social, infortúnios, histórico familiar, processos psicológicos etc. A forma mais conhecida de aglomeração de indivíduos (que são e devem continuar sendo) heterogêneos, com diferentes interpretações, em torno de uma estratégia de desenvolvimento tem sido através da criação símbolos. Estes sintetizam sensações, emoções e idéias que são a base da adesão e da movimentação de aglomerados sociais. Símbolos são imagens, slogans ou coisas assemelhadas. Símbolos são sínteses de idéias, de projetos – símbolos são também necessários porque são formas de substituição de líderes únicos. Uma estratégia de desenvolvimento deve prescindir da ação de um líder (com suas idiosincrasias e desejos particulares), o que torna idéias e ideais em movimento sintetizados por símbolos algo absolutamente imprescindível.

O slogan “o petróleo é nosso” que movimentou grande parte da sociedade brasileira para criar a Petrobrás é um exemplo de símbolo que representou uma utopia que envolvia soberania e nacionalismo. A Petrobrás foi criada para ser monopolista de alguma coisa que à época inexistia: era puro sonho que se torna realidade a cada dia, a cada ano – e cada vez mais. O movimento pelas “diretas já” (em 1984) sumariou sonhos de milhões de brasileiros por um País democrático. Os estudantes “caras pintadas” que tomaram as ruas do País (em 1992) exigindo o impeachment do Presidente Fernando Collor representaram um movimento contra a corrupção e pelo aprofundamento da democracia. “O petróleo é nosso”, as “diretas já” e os “caras pintadas” foram símbolos construídos pelo *movimento dos movimentos* da sociedade.

Há, portanto, outro elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento: símbolos não são criados em laboratórios ou gabinetes. Quem saberia dizer quem inventou o slogan “diretas já”? Quem imaginou que “caras pintadas” poderiam representar a indignação de milhares de jovens? Símbolos resultam da mobilização em torno do debate amplo e organizado sobre a rejeição do velho e a construção do novo. Portanto, uma estratégia de desenvolvimento não é um plano de governo detalhado, assim como não

deve conter respostas para a lista infindável de questões que afligem a todos os cidadãos brasileiros. Uma estratégia de desenvolvimento deve ser construída no debate com a sociedade a partir de linhas gerais que descrevam: (i)-o objetivo final – um país em que questões materiais não sejam barreiras intransponíveis à felicidade e (ii)-a trajetória – políticas públicas, procedimentos e regras para se formatar e re-formatar continuamente um novo país.

O objetivo final de uma estratégia de desenvolvimento deve ser a construção de uma sociedade democrática, tecnologicamente avançada, com emprego e moradia dignos para todos, ambientalmente planejada, com uma justa distribuição de renda e da riqueza, com igualdade plena de oportunidades e com um sistema de seguridade social de máxima qualidade e universal - cujas partes imprescindíveis devam ser sistemas gratuitos de saúde e educação para todos os níveis e necessidades. O Estado de bem-estar social é o conceito que resume esse conjunto de objetivos. O Estado de bem-estar social é a maior conquista da civilização ocidental ao longo do século XX. Foi a única conjugação de fatores sociais, políticos, econômicos que conformou um ambiente institucional que valoriza a liberdade, a individualidade, o trabalho, a atividade empresarial, a gestão republicana do Estado, a justiça e o bem-estar. Sua construção teve início ao final da década de 1940 na Europa ocidental, o palco da sua realização. Hoje há um Estado de bem-estar social em diversos países europeus, com destaque para a Suécia, Noruega, Finlândia, França entre outros.

O funcionário do governo inglês William Beveridge foi um dos mais importantes idealizadores da utopia européia do Ocidente. Ele foi além, muito além, do Chanceler Bismark que havia construído na Alemanha ao final do século XIX um sistema de proteção social baseado na atividade do trabalho que relacionava benefícios pagos pelo sistema às contribuições efetuadas. Beveridge desconstruiu o modelo de Bismark ao propor um sistema social que não estava baseado exclusivamente na atividade do trabalho, mas sim na existência do cidadão, portanto, um sistema de segurança de vida de todos e para todos – que ofertaria benefícios a todos. Entretanto, o Estado de bem-estar social é muito mais que o sistema de seguridade social universal beveridgeano. As idéias de universalização do direito ao emprego, de harmonia e complementaridade entre capital e trabalho, da valorização da concorrência e de uma justa distribuição da renda e da riqueza podem ser atribuídas ao economista inglês John Maynard Keynes. O republicanismo e a democracia foram conquistas de origens diversas, mas seu símbolo maior é sem dúvida a revolução francesa de 1789 (e diversos fatos que a sucederam) baseada no trinômio liberdade-igualdade-fraternidade.

A implantação de um Estado de bem-estar no Brasil está longe de ser apenas a tentativa de realização de uma cópia do modelo europeu. O Estado de bem-estar social europeu deve ser visto como uma “obra aberta”, sua construção no Brasil deve ser um ato de “improvisação criadora” para utilizar os termos de Umberto Eco em seu livro *Opera Aperta*. É o equilíbrio entre a observação, a interpretação e a criação que deve balizar os limites do que está *definido* e do que está *aberto* na obra de arte social européia. Portanto, “definitude” e “abertura” de um modelo econômico e social são importantes *conceitos de limite* que devem ser considerados em um processo de construção de uma estratégia de

desenvolvimento para o Brasil. Há de singular, de definido, no Estado de bem-estar social implantado na Europa um conjunto específico de pilares que não podem ser re-interpretados ou re-criados, tal como o sistema universalista beveridgeano de seguridade social. A seguridade social universal é o que garante o exercício da individualidade do cidadão sem discriminação. Re-interpretar a seguridade social universal ou recriá-la, neste caso particular, significa transformá-la, e corre-se o risco assim, por exemplo, de criação de um modelo contábil e atuarial de seguridade social que torna-se “foquista” (somente atende aos que contribuíram, a lá Bismark).

Apesar de se ter clareza dos limites, ou seja, da “definitude” e também da “abertura” interpretativa e criadora do Estado de bem-estar social europeu, não é possível fora de um movimento concreto de construção de uma estratégia de desenvolvimento do País estabelecer com maior exatidão o desenho de sociedade que se deseja. Ainda numa abordagem inicial, é melhor deixar essa pergunta (que incomoda) desapercibida e reproduzir as palavras daquele que soube definir a felicidade em diversas passagens de sua obra. Enfim, o que se deseja para o Brasil é um País, como disse Vinicius de Moraes, em que se tenha: “Tempo para a peteca e tempo para o soneto. Tempo para trabalhar e para dar tempo ao tempo. Tempo para envelhecer sem ficar obsoleto...”

Por mais definida que seja uma estratégia de desenvolvimento, ela estará sempre em construção seja para aqueles, tal como o Brasil, que ainda está fazendo o vestibular para entrar na rota do desenvolvimento, seja para aqueles que já são desenvolvidos. Uma estratégia de desenvolvimento está sempre em construção, inclusive nos países mais desenvolvidos do planeta. Verdadeiros gestores de estratégias de desenvolvimento sentem de forma permanente aquilo que Camille Claudel sentia da distância imposta por Auguste Rodin: “há sempre algo de ausente que me atormenta”.

O Estado de bem-estar social foi construído na Europa em um momento histórico muito particular e favorável. Havia uma pressão externa: a ameaça socialista que teve início com a Revolução russa de 1917 e que se consolidava sobre parte da Europa pelas mãos do exército soviético. Havia pressão interna: as idéias socialistas avançavam na Europa ocidental através de organizações e partidos com bases populares e operárias. E havia um estado geral de decepção com a qualidade de vida: lamentos e reclamações emanavam de todos lares. Afinal, o sistema institucional baseado na idéia que as forças de mercado, com Estado mínimo e/ou ausente, iriam reduzir o desemprego foi derrotado pela realidade: a Europa vivia uma crise de desemprego desde os anos 1920. Este é um ponto muito importante: saber se as condições históricas reais favorecem a implementação de um novo modelo em um determinado país.

As políticas macroeconômicas formam o pavimento necessário, mais básico, de uma estratégia de desenvolvimento. Políticas macroeconômicas adequadas podem promover o crescimento e a industrialização (tecnologicamente sofisticada) que são os itens mais essenciais da cesta do futuro de bem-estar social. O crescimento e a industrialização estão muito longe de ser tudo, mas sem eles nada haverá. Políticas são ações conscientes e planejadas. No caso de políticas macroeconômicas, são ações planejadas por governantes de Estado que utilizam os três caminhos clássicos disponíveis: a política

cambial, a política monetária e a administração fiscal. Pode-se argumentar que a intervenção estatal foi correta apenas no passado porque os investimentos exigiam montantes que a iniciativa privada era incapaz de mobilizar dada a atrofia dos mercados de capitais ou ainda porque faltava informação correta para que os empresários soubessem onde investir com maior certeza de lucratividade. Está é uma visão incorreta da relação entre Estado e mercado, tanto do ponto vista teórico quanto histórico.

A necessidade de o Estado participar ativamente da vida econômica de uma sociedade não está relacionada às especificidades de certo período histórico ou a alguma falha do sistema capitalista que pode ser corrigida. Uma abordagem teórica simples é capaz de mostrar a necessidade do Estado ativo para que a economia possa prover um ambiente de bem-estar social e dinamismo nos mercados. O ponto central é que as ações (que são racionais) da iniciativa privada são pró-cíclicas – tendem a agravar situações. Turbulências econômicas são da natureza do sistema, surgem no seu interior e de forma repentina, mesmo em tempos de céu de brigadeiro. E tais turbulências tendem a se transformar em crises quando não há a intervenção anti-cíclica do Estado. Situações de crise ou de semi-estagnação podem permanecer por tempos indefinidos porque não existem mecanismos de correção automática. Não se trata de ter paciência para esperar, ainda que este fosse o caso, o custo social do tempo de espera seria alto demais.

Uma abordagem da realidade é capaz de provar esta inseparabilidade entre Estado e mercado para que se possa promover uma vida em sociedade com felicidade. A chamada “época de ouro” do crescimento econômico e do desenvolvimento social, principalmente na Europa, foi no período de maior interação entre a sociedade organizada, os empresários e os governos – o que ocorreu no final dos anos 1940 até o final dos anos 1960. A alta inflação no Brasil permaneceu por décadas até que houvesse um Plano de Governo antiinflacionário no ano de 1994. As intervenções do Fundo Monetário Internacional (FMI) são feitas por um agente externo à economia quando o Estado através de seus governantes já esgotaram as suas forças; as intervenções do FMI são a maior prova de que sem Estado ou quando ele é impotente, é preciso se realizar uma super-intervenção que vem fora para recolocar preços macroeconômicos de volta em determinada posição.

É também parte constituinte de uma estratégia de desenvolvimento a idéia de que o governo deve implementar políticas macroeconômicas capazes de gerar a sensação de segurança para que empresários se sintam estimulados a empreender grandes investimentos que sejam lucrativos e geradores de renda e empregos. O governo deve também fazer aquilo que a iniciativa privada não faz. Em essência, os preços estratégicos macroeconômicos de uma economia devem favorecer o investimento, a geração de renda e empregos. Sob estas condições favoráveis, se as forças de mercados não realizarem os investimentos necessários, deve entrar em campo a mão visível do Estado realizando o investimento. Em princípio, o Estado não faz melhor ou pior que a iniciativa privada, ele é necessário para fazer o que ela não faz, e deve fazê-lo bem.

É mera falácia que a iniciativa privada é mais capaz por definição que o setor público para gerenciar grandes atividades econômicas. Muitos concordam com esta afirmação,

afinal são inúmeros os impérios econômicos empresariais e financeiros que já ruíram, assim como existem grandes e sólidos negócios gerenciados pelo setor público mundo afora. Mas alguns têm argumentos mais sofisticados. Argumentam que a preferência pelos negócios privados se sustenta porque quando uma empresa privada é improdutiva ou quebra quem paga a conta é o empresário. E que impropriedades no setor público são pagas pelo contribuinte. Ledo engano: sempre é o cidadão quem paga a conta. No caso do setor público, pagam-se os “problemas” com mais impostos e, no caso do setor privado, os “problemas” são pagos com preços mais elevados.

As políticas macroeconômicas devem favorecer o investimento visando à geração de empregos, renda e à industrialização. Deve-se buscar através de diversos mecanismos a industrialização em segmentos densos de tecnologia. A busca incessante por um modelo de industrialização sofisticada (eletrodomésticos, automóveis etc) possui um aspecto essencial. A especialização na produção de commodities e a industrialização que gera baixo valor agregado (um modelo de economia primarizada) constituem um modelo bastante propício para a consolidação de um esquema concentrador de renda e de riqueza. O modelo primarizado gera altos lucros, empregos com baixa remuneração e ocupações não formalizadas de acordo com a legislação trabalhista. O modelo de economia industrializada gera muitos empregos, de remuneração mais elevada e favorece o estabelecimento de relações formais de trabalho. Esta é uma opção crucial: primarização ou industrialização sofisticada?

A política cambial que favorece o investimento e a industrialização mais sofisticada é aquela capaz de estabelecer uma taxa de câmbio competitiva para a produção e a exportação de bens manufaturados. Uma taxa cambial neste patamar, por um lado, favorece a realização de mega-superávits comerciais e, portanto, o acúmulo de reservas não-voláteis e, por outro, é uma proteção contra crises cambiais de desvalorização abrupta pelo simples fato de que uma taxa desvalorizada tem uma chance menor de se desvalorizar (ainda mais) do que uma taxa valorizada. Uma política de administração cambial - de uma taxa que deve ser flutuante - em que o Banco Central compra e vende reservas realizando um verdadeiro processo de sintonia fina é capaz não só de manter a taxa de câmbio em patamar competitivo para as exportações de manufaturados, mas também é capaz de reduzir a sua volatilidade - reduzindo, em decorrência, a atividade especulativa no mercado de moeda estrangeira.

A defesa do equilíbrio externo requer atenção não somente com a balança comercial, mas também com a conta de investimentos financeiros internacionais. Capitais financeiros que têm por finalidade financiar o investimento e a produção são bem-vindos, sejam eles domésticos ou estrangeiros. Capitais financeiros que tem o mero objetivo de sua capitalização, sem que este processo traga benefícios à produção ou ao investimento, *não são bem-vindos*. Estes capitais somente provocam pressão valorizativa sobre o câmbio no momento da sua entrada e pressão desvalorizativa no momento da sua saída: nada mais. O movimento dos capitais financeiros que busca apenas a sua capitalização através de movimentos especulativos e de arbitragem deve ser desestimulado. A primeira e principal medida neste campo é o estabelecimento de uma taxa de juros básica da economia em patamar semelhante aos juros americano. Uma taxa de juros muito elevada em relação à

taxa de juros americana é maléfica para a economia em pelo menos três aspectos: (i)-atrai capitais financeiros especulativos para o País, (ii)-eleva demasiadamente o custo de carregamento de reservas por parte do Banco Central e (iii)-desestimula o investimento produtivo. Se uma taxa de juros relativamente baixa não for capaz de evitar os males dos movimentos especulativos dos capitais, outras medidas devem ser adotadas, por exemplo, a cobrança de impostos sobre a movimentação financeira internacional ou outras medidas administrativas a serem definidas.

A política monetária que favorece o investimento e a industrialização mais sofisticada é aquela que é totalmente consistente com a política cambial descrita. Não se pode determinar uma política monetária independentemente da política cambial (e vice-versa), ainda que o regime de câmbio seja flutuante, porque um regime de altas taxas de juros está necessariamente associado a um regime de câmbio valorizado. Esta é uma conhecida gangorra da macroeconomia. Uma política monetária de taxas de juros baixos é consistente, portanto, com uma política cambial de taxa competitiva. Como dito, uma política de taxas de juros elevadas determina uma taxa de câmbio valorizada e impõe custos elevadíssimos de carregamento de reservas ao setor público, que recebe a taxa de juros americana e paga a taxa de juros doméstica por cada dólar retido no Banco Central.

A taxa de juros é fundamental para manter o equilíbrio externo: transações com o exterior financiadas e blindagem contra movimentos de capitais financeiros que são maléficos. Mas é também fundamental para manter o equilíbrio interno: alto crescimento com inflação baixa. Nesse sentido, uma nova concepção deveria governar a determinação da taxa de juros. Todo poupador cujos recursos não financiam algum tipo de gasto doméstico (consumo ou investimento) é um gerador de desemprego. Quanto maior a taxa de juros maior é o estímulo para a poupança e, portanto, maior é o desemprego causado pelo poupador. Logo, a taxa de juros deveria ser pensada como um instrumento capaz de punir aqueles que não querem gastar, ou seja, como um instrumento que pune o gerador de desemprego. Portanto, a taxa de juros deveria ser sempre baixa, muito baixa.

A taxa de juros por ser um instrumento capaz de controlar a demanda agregada, já se mostrou um instrumento plenamente eficaz de controle da inflação. Contudo, é preciso entender que sua funcionalidade depende de sua perversidade, isto é, gerar desemprego - para que haja uma redução de demanda relativamente à oferta o que inibe o reajuste de preços. Mas como a economia de bem-estar que se deseja construir é uma economia de emprego para todos, estabelece-se aqui um trade-off: de um lado um instrumento antiinflacionário *funcional* que gera desemprego e, de outro, a obrigação estratégica permanente de gerar mais empregos. A alternativa não pode ser abandonar a taxa de juros, um instrumento antiinflacionário funcional, mas sim reduzir ao máximo possível a utilização antiinflacionária da taxa de juros, sem que o objetivo da estabilidade de preços seja relegado a um segundo plano.

Para tanto, o objetivo da estabilidade de preços deveria ser um objetivo de todos os órgãos públicos. Logo, mais instrumentos estariam disponíveis para este fim. Se a inflação estivesse sendo causada pelo aumento do feijão ou da soja, seria o Ministério da Agricultura que deveria apresentar um diagnóstico do problema e apontar soluções. Se a

inflação estivesse sendo causada pelo aumento de margem de lucro de forma excessiva por parte da indústria automobilística, seria o Ministério da Indústria e Comércio que deveria apresentar um diagnóstico do problema e apresentar soluções. O Banco Central deveria ser o controlador de última instância da inflação, e não o primeiro e único órgão do Governo preocupado com um problema que é amplo, complexo e com muitas especificidades. Deixar somente o Banco Central responsável por tratar da estabilidade de preços é o mesmo que solicitar a um médico clínico geral para solucionar ora um problema do coração, ora um problema de pele, ora um problema do estômago. Manter a inflação sob controle é algo tão importante que deveria haver uma câmara formada por diversos organismos do Governo – inclusive o Banco Central – e dirigida pelo Presidente da República para deliberar sobre o assunto.

A administração fiscal que favorece o investimento e a industrialização mais sofisticada é aquela que busca: (i)-manter a economia em estado de *semi-boom* permanente através de uma política de gastos rumo ao pleno emprego; (ii)-promover justiça social ao estabelecer um sistema tributário progressivo onde a renda e o patrimônio sejam a base da arrecadação - e o consumo, a produção e o investimento sejam desonerados; (iii)-equilibrar o orçamento para que o governo tenha nas suas mãos uma política de gastos que possa ser utilizada na sua plenitude, sem restrições orçamentárias importantes; (iv)-desenvolver mecanismos democráticos de decisão de gastos, assim como desburocratizar os processos de gastos do governo para que o gasto público possa ser feito com melhor qualidade, sem desperdício e com preços menores e (v)-desenvolver mecanismos mais simples de arrecadação e fiscalização da arrecadação – que são procedimentos necessários para que a carga tributária tenha o tamanho compatível com a sociedade de bem-estar que se pretende construir.

Essas são linhas gerais de uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil. São linhas que rompem com o Consenso de Washington que já revelou o seu fracasso histórico. A evidências do fracasso são nítidas. Em primeiro lugar, os países que mais se desenvolveram nas últimas cinco décadas, entre eles Japão, Coréia do Sul e Israel, jamais adotaram políticas macroeconômicas ou reformas estruturais assemelhadas àquelas sugeridas pelos “de cima” no Consenso de Washington. Em segundo lugar, os dez países que mais cresceram nos últimos vinte anos sempre mantiveram a devida distância em relação às recomendações vindas dos “de cima”. Em ordem de média de taxa crescimento, são eles: China, Singapura, Coréia do Sul, Taiwan, Vietnã, Malásia, Tailândia, Índia, Hong-Kong e Paquistão. São todos da Ásia, onde as idéias elaboradas em Washington nunca tiveram qualquer penetração. Em terceiro lugar, a Argentina, que foi a melhor “aluna” dos professores de Washington durante os anos 1990 - seguindo os mínimos detalhes das sugestões de políticas públicas, reformas, liberalizações e privatizações – obteve como resultado: uma profunda recessão, elevadíssimas taxas de desemprego e jogou mais da metade da sua população na condição de miséria. Por fim, o Consenso de Washington, segundo seus defensores, expressa a idéia que existem “fundamentos” econômicos básicos que devem ser perseguidos, sejam em países desenvolvidos, sejam em países em desenvolvimento. Entretanto, os próprios países desenvolvidos para manter o seu estado de desenvolvimento avançado não seguem as recomendações que nos fazem.

DOCUMENTO 3

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO IPEADATA NO TRIÊNIO 2008-2010 PARA SER APRESENTADO À FINEP.

Segue-se uma apresentação esquemática das principais atividades integrantes do projeto

1. Migração de Delphi para .Net

O Ipeadata (www.ipeadata.gov.br) foi construído em 2000 utilizando Delphi (<http://www.codegear.com/products/radstudio>) como linguagem de programação para internet. Desde então houve inovações substanciais nas ferramentas de programação para a internet, destacando-se o aparecimento das linguagens Java, PHP e .Net (<http://www.microsoft.com/net/>)

O próprio Ipea atualmente utiliza a linguagem Java e PHP na programação de suas páginas intranet e internet. Para adequar o Ipeadata a essas páginas, dessa forma possibilitando que o serviço de informática do Ipea assuma a manutenção e o desenvolvimento da página do Ipeadata propõe-se, em caráter prioritário e urgente, a migração para .Net. Para tanto seria necessário adquirir novos programas e contratar consultoria com duração estimada de 12 meses.

2. Novas ferramentas de programação

Os pacotes computacionais de suporte do Ipeadata (entrada de dados, rotinas de revisão e checagem dos dados, gerenciamento de bases de dados, rotinas de construção de variáveis, etc.) foram construídos sem planejamento adequado. Devido a isso, o sistema encontra-se, atualmente, disfuncional, ineficiente e caro. Um dos problemas, nesse sentido, é a utilização de vários pacotes computacionais, destacando-se dentre eles o Troll, SAS, SQL, além das planilhas eletrônicas. Alguns desses programas e rotinas, em particular o Troll (<http://www.intex.com/troll>), poderiam, talvez, ser substituídos paralelamente à migração para .Net. Isso requereria, no entanto, contratação de capacitação em programas e linguagens mais afins àquelas utilizadas na internet do Ipea, além da aquisição de novos pacotes de gerenciamento de bases de dados. O tempo necessário para esse desenvolvimento seria 24 meses.

3. Novas ferramentas de busca, apresentação e visualização (saídas) na internet.

O Ipeadata foi, originalmente, pensado para um público especializado, destacando-se os acadêmicos, técnicos do governo e analistas econômicos, entre outros. Dada a riqueza e o interesse da base de dados, existem possibilidades inexploradas para se melhorar as ferramentas de apresentação e visualização e, dessa forma, ampliar a clientela incorporando, entre outros, estudantes secundaristas, gestores de políticas públicas e jornalistas de localidades menores. Para esse fim, contudo, seria necessário construir mecanismos de buscas e visualização para despertar maior interesse e facilitar acesso desse público mais amplo. Exemplos, nesse sentido, seriam gráficos e mapas dinâmicos, perfis municipais, etc. No que se refere à busca, pode-se pensar, por exemplo, na aquisição de ferramenta como o Mini-Google (<http://www.google.com/enterprise/mini/>) ou similares. Para a realização dessas atividades seria necessária a aquisição de equipamentos e programas, além da contratação de consultoria especializada cuja duração é estimada em 12 meses.

4. Incorporação de bases de dados setoriais, regionais e microeconômicas produzidas ou depositadas no Ipea.

Essa tarefa seria, de fato, uma integração do Ipeadata com o Banco de Bases Estatísticas (BBE) já desenvolvido pelo Ipea (<http://intranet.ipea.gov.br/?id=1.3.22>). A concepção

dessa base de dados seria diversa do Ipeadata na medida em que a preocupação maior não seria a visualização mas a estruturação, documentação e a recuperação de arquivos contendo as bases de dados originais. Naturalmente, há que se ter cuidado para não duplicar esforços ou iniciativas nesse sentido que já são desenvolvidas pelo IBGE com maior legitimidade e capacidade.

5. Criação de uma estrutura de bases de dados bibliográficas associada ao Ipeadata.

Essa atividade teria por objetivo disponibilizar, em meio digital, coleções de periódicos de ciências sociais brasileiros que só se encontram atualmente em formato impresso. As tarefas básicas da atividade seriam a seleção dos periódicos e a digitalização dos artigos para meios eletrônicos. Cabem duas advertências: a primeira refere-se à questão dos direitos autorais e, a segunda, a justaposição de com iniciativas anteriores nesse sentido, destacando-se, SciELO (<http://www.scielo.br/scielo.php>), Portal/Capes e o Siga/CNPq. Nesse sentido, sugere-se que atividade poderia ser um projeto em colaboração com o SciELO, [12] biblioteca eletrônica que abrange uma coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros.. A realização do projeto requer consultoria em informática, biblioteconomia, arquivística e a aquisição de equipamentos para escanear o acervo selecionado. O prazo estimado é de 36 meses.

6. Construção de bases dados históricas

Dando continuidade ao projeto “Memória estatística do Brasil no acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda” (www.memoria.nemesis.org.br) , essa atividade organizaria, catalogaria e disponibilizaria bases de dados históricas sobre a economia brasileira. Para tanto, seria necessária consultoria em história e biblioteconomia, além de programas e equipamentos para a digitalização e catalogação de acervos, bem com sua transformação por meio de mecanismos de reconhecimento óticos dos caracteres.

7. Estimativa de duração do projeto 36 meses

DOCUMENTO 4

A DO CRESCIMENTO

Estudo sobre o crescimento econômico brasileiro

ESCRITÓRIO DA CEPAL, RIO DE JANEIRO

A SALARIAL: ASPECTOS CONCEITUAIS E NOVOS RESULTADOS PARA O BRASIL

Estado, Macroeconomia e Agricultura no Brasil: Causalidade e Políticas

governança, incentivos e eficiência

Lea Helena de Aguiar Furtado

idência no Brasil *questões de políticas e escolhas*

DESADE A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?

Ana Amélia Gonçalves

Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas

VOL. 2

Projeto

Livraria Itinerante

Ipea

- Maximizar o número de leitores das publicações do Ipea.
- Democratizar o conhecimento, levando à instituições estratégicas publicações do Ipea para doação ou para venda com desconto médio de 80%.

OBJETIVOS

- **Dificuldade de comercialização:** óbices jurídicos e operacionais.
- **Dificuldade de divulgação:** concentrada nos lançamentos e conforme interesse da imprensa.
- **Custos indiretos:** acúmulo de estoques ocupando salas no Ipea e no IBGE.
- **Custos sociais:** baixa utilização de livros financiados pela sociedade
- **Desempenho insatisfatório:** poucas vendas e estoques crescentes

Vendas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Quant.	43	521	24	132	75	72	72	31	26
R\$	741,00	5.145,00	710,00	2.918,00	2.107,80	2.552,00	2.100,10	610,30	1.063,00

JUSTIFICATIVAS

- O público interessado nas publicações do Ipea, principalmente nas concentradas em temas muito específicos, é **extremamente seletivo e segmentado**, embora **geograficamente disperso**. É importante fazer com que cada livro encontre seu leitor específico ou seja encontrado por ele, o que é dificultado pelos limites na distribuição e divulgação. Supõe-se que o público interessado seja formado majoritariamente por **estudantes, professores, pesquisadores e profissionais de economia e ciências sociais**.

- É fácil doar livros, mas é importante chegar a quem mais se interessa em lê-los. O leitor que compra e realmente lê um livro faz dois investimentos: o preço do livro e o tempo despendido na leitura. A disposição a pagar algum valor, mesmo que simbólico, sinaliza alguma disposição a investir também tempo na leitura. Já se permite acesso gratuito aos conteúdos via internet. Quem compra o livro paga só pelo conforto de tê-lo impresso com qualidade e a um baixo custo marginal. A receita gerada é da União.

PÚBLICO-ALVO

Onde atuar:

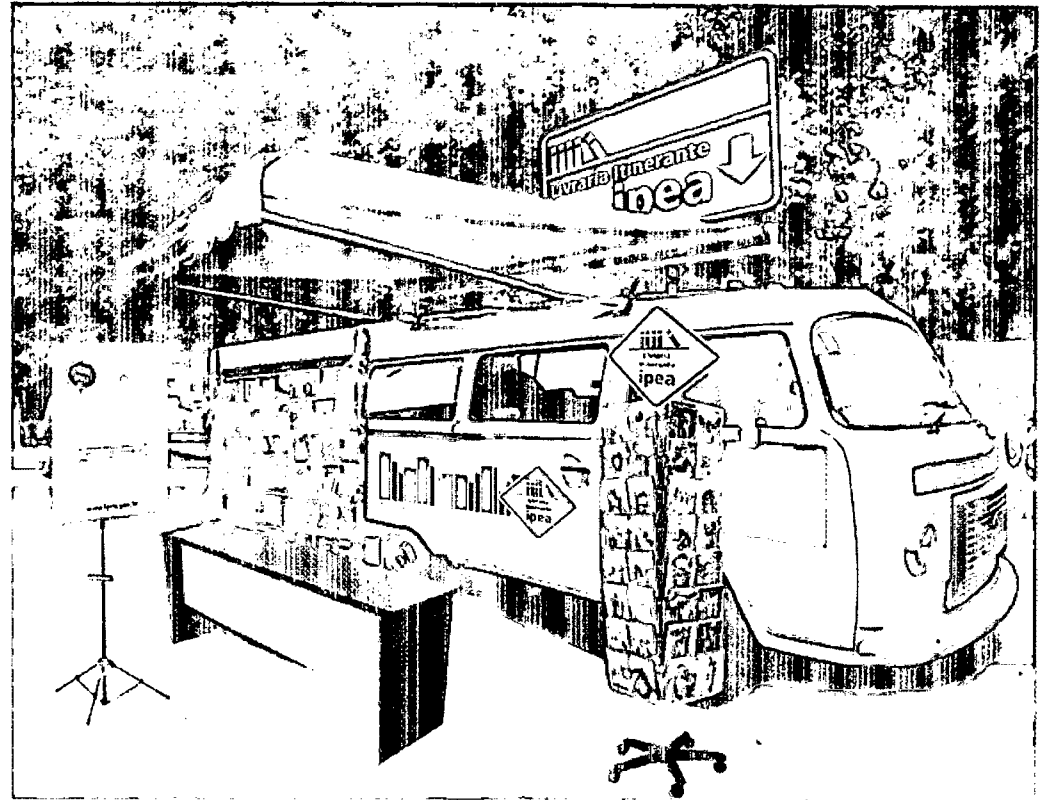
- Instituições de pesquisa e ensino públicas e privadas (em princípio, do Estado do Rio)
- Órgãos e entidades governamentais (ex: BNDES, Bacen, Petrobras)
- Outros espaços de debate socioeconômico (ex: Firjan, Corecon-RJ, CNC)

METODOLOGIA I

Como atuar:

- **Sistema itinerante de vendas**

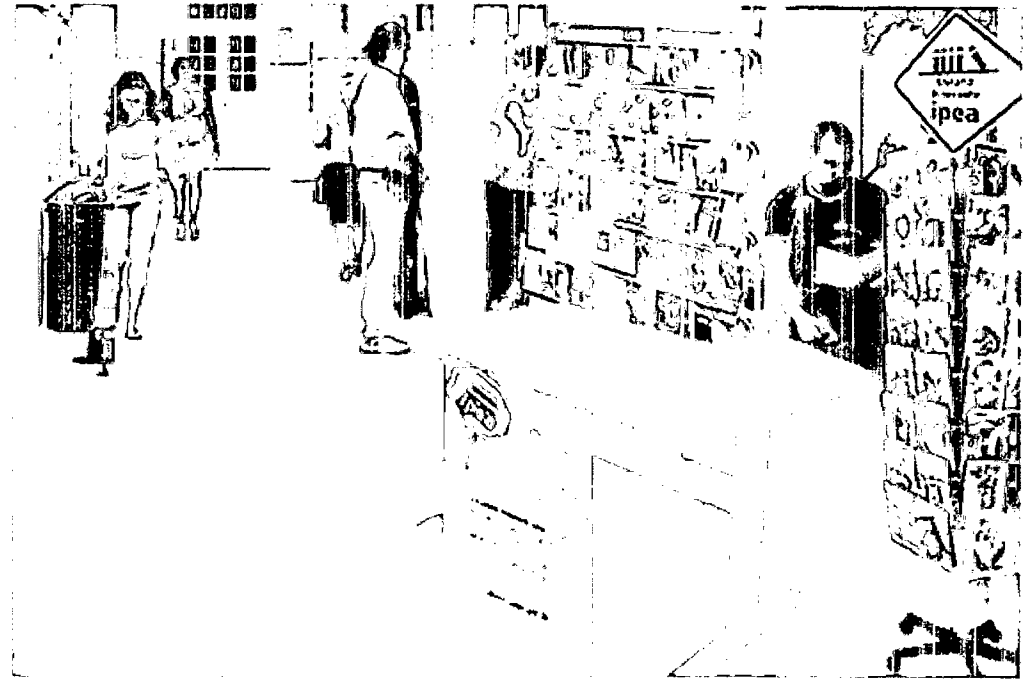
- a) Kombi com acessórios removíveis
(rack, manta magnética etc.)



METODOLOGIA II

Como atuar:

- Sistema itinerante de vendas
- b) Material para exposição em salas e corredores (móvel leve e carrinho)



METODOLOGIA II

I) Contato com a Prefeitura e BNDES

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ofício nº 81/07/MAC/RJ
Rio de Janeiro, 09 de novembro de 2007

Ac.
Senhor Luiz Felipe Gomes
Coordenador da Coordenação de Licenciamento e Fiscalização
da Prefeitura do Rio de Janeiro
Rua Afonso Cavalcanti, 453 - anexo - sala 701
Cidade Nova
RIO DE JANEIRO, RJ

Senhor Coordenador,

1. O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA, Fundação Pública Federal, pessoa jurídica de direito público, instituída nos termos do art. 190, do Decreto Lei 49200, de 25 de fevereiro de 1967, com sede e foro na cidade de Brasília-DF, vinculada ao Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, vem, através da sua Diretoria de Estudos Macroeconômicos - DEMA, localizada neste cidade, solicitar a Vossa Senhoria informações quanto à legislação específica para vendas de livros por intermédio de veículo próprio ou se o IPEA por sua natureza jurídica está isento de licenciamento para tal movimento.

2. Esclarecemos que esta solicitação se faz necessária, em razão de o IPEA estar promovendo a criação da "Livreria Literária do IPEA", que tem por objetivo divulgar e oferecer a preços de custo, todo o acervo bibliográfico técnico-econômico, que é produzido e editado por esta instituição. O projeto inicial seria a venda destas publicações dentro do veículo ÔMBL, de propriedade patrimonial do IPEA em suas unidades ou privadas.

3. É importante deixar consignado que, o nosso propósito maior é contribuir para a democratização do conhecimento e, por isso, é fundamental a aproximação com as instituições formadoras de opinião e de centros produtores de pesquisa e cultura.

4. Finalmente, considerando a preeminência do assunto, temos a certeza de que Vossa Senhoria não poupará esforços para um breve pronunciamento, e no tempo em que julgar necessário, dispôr para quaisquer informações ou esclarecimentos que julgar necessários, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,
Renault Michel Barreto e Silva
Diretoria de Estudos Macroeconômicos
DIRETOR-SUBSTITUTO

Renault Michel Barreto e Silva
13/11/07

Des. Conde de Correia - Assessoria de Imprensa/RJ
Estatuado em 14/04/2007, 27 de novembro de 2007 18:11
Para: Antônio Semerari Rito Cardoso
Assunto: E-mail para BNDES

Dr. Prof. Renault Michel - IPEA
Perz. Sra. Simone Menezes - BNDES


Prezados Sr. Simone Menezes,


Venho por meio desta solicitar autorização para entrada de nossa "Livreria Literária" no prédio do BNDES. A ideia é montar duas ou três mini-estores, com livros produzidos e editados pelo IPEA, em locais que tenha maior circulação possível de funcionários e visitantes desta instituição. Lembrando dos estudantes que ficam encarregados da divulgação e venda do nosso serviço, durante o período de tempo que nos for concedido. Nosso projeto prevê também a entrada em outras escolas públicas e centros universitários e, por isso, a necessidade de conhecimento sua política de permanência neste ambiente. Nosso desejo é fazer o lançamento desta iniciativa, que é pioneira no IPEA, junto a esse órgão que prezamos qualquer justificativa quanto a sua viabilidade na economia nacional. A princípio, pedimos uma atenção especial para os próximos dias de janeiro, quando pretendemos estar com todo o acervo estruturado organizado.

Em anexo, encaminhamos duas fotografias do Projeto "Livreria Literária do IPEA - Democratização e conhecimento", apresentando as duas possibilidades de trabalho. Vale ressaltar que todas as nossas publicações serão vendidas a preço de custo ou, em alguns casos, até mesmo abaixo do custo. Para editores e autores, o livro mais caro tem preço de preço de R\$ 9,00 (nove reais). Aceitamos que sua seja uma oportunidade única para aqueles que participam ou têm interesse nos assuntos relacionados à economia brasileira e sua internacional.

Desde já agradecemos a atenção.

Atz.




PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
COORDENAÇÃO DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO

OFÍCIO E/ CLF N. 230 De 13 de novembro de 2007

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Diretoria de Estudos Macroeconômicos

Sr. Diretor-Substituto Renault Michel Barreto e Silva

Em resposta ao Ofício n.º 81/07, informo que o Decreto 18989/00 disciplina a concessão de alvarás para estabelecimentos no Município, dispensando expressamente do licenciamento os estabelecimentos da União, Estados e Municípios, bem como suas autarquias e fundações. Tratando-se de uma fundação pública federal, o IPEA não necessitará de licença prévia para realizar o comércio de livros, desde que a atividade seja realizada em áreas particulares. Caso haja pretensão de utilização de logradouros públicos (ruas, praças, calçadas, etc.), ainda que permaneça a dispensa de autorização, a instalação dependerá de avaliação da conveniência e oportunidade de ocupação do local pretendido, a cargo desta Coordenação.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de distinta consideração.

Luiz Felipe Gomes
Luiz Felipe Gomes
Coordenador de Licenciamento e Fiscalização

AÇÕES DESENVOLVIDAS

II) Contato com as Universidades

Resultado dos contatos:

- **24 instituições consultadas**

- **10 respostas positivas:**

UFRJ, Uerj, UFF, Ibmec, Ucam, UniSuam, UniBennet, MSP, FEFRJ, UGF

- **2 respostas negativas:**

PUC-Rio (contrato de exclusividade com livraria do *campus*), FGV-Rio (somente vendas em consignação na Livraria FGV)

- **12 ainda não responderam:**

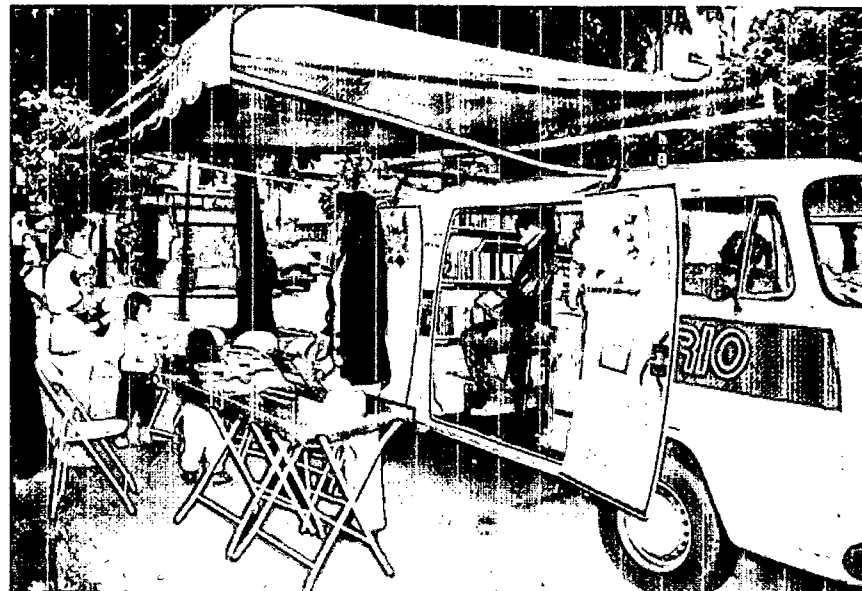
Unesa, FGS, FMJ, UFRRJ, USU, Universo, Cesva, FCEACDB, UniverCidade, UCB, UCL

AÇÕES DESENVOLVIDAS

III) Pesquisa de experiências semelhantes

Biblioteca Infantil Itinerante

Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.



AÇÕES DESENVOLVIDAS

IV) Estimativa de custos

MATERIAL	VALOR R\$
Toldos e Armação para Kombi	830,00
Impressão de Cartazes	850,00
Carrinho para Livros	386,00
Estantes e Aramados	1.600,00
Faixa Imantada para Kombi	200,00
Total	3.866,00

AÇÕES DESENVOLVIDAS

V) Revisão de preços do acervo:

- Preços promocionais entre R\$ 2 e R\$ 9.
 - Critérios: descontos maiores para obras mais antigas, com maior oferta (estoque) e com menor demanda (vendas).
 - Desconto médio de 80%.

AÇÕES DESENVOLVIDAS

Tabela de Descontos Propostos

TÍTULOS	De	Por
INICIATIVA PRIVADA E O ESPÍRITO PÚBLICO: SUDESTE	10,00	2,00
ÁGUA E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO NORDESTE	15,00	2,00
INICIATIVA PRIVADA E O ESPÍRITO PÚBLICO: SUL	10,00	2,00
INICIATIVA PRIVADA E O ESPÍRITO PÚBLICO: NORDESTE	10,00	2,00
ABERTURA COMERCIAL BRASILEIRA NOS ANOS 1990, A	15,00	4,00
REGIÃO E ESPAÇO NO DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA BRASILEIRO	25,00	2,00
INICIATIVA PRIVADA E O ESPÍRITO PÚBLICO: BRASIL	10,00	6,00
PROGRAMAS SOCIAIS DE COMBATE À FOME	38,00	4,00
NOVOS IDOSOS BRASILEIROS	40,00	8,00
EXCLUSÃO SOCIAL E MOBILIDADE NO BRASIL	25,00	8,00
QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICAS SOCIAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	38,00	8,00
NATUREZA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO	15,00	9,00
MANUAL DE ESTRATÉGIA DE DESENV. PARA AGLOMERAÇÕES URBANAS	12,00	4,00
MARCOS REGULATÓRIOS NO BRASIL	25,00	6,00
MECANISMOS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	25,00	9,00
TECNOLOGIA, EXPORTAÇÃO E EMPREGO	59,00	8,00
ESTRUTURA E DINÂMICA DO SETOR DE SERVIÇOS NO BRASIL	45,00	8,00
TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA OU VIDA ADULTA EM TRANSIÇÃO?	29,00	9,00
criação, destruição e realocação de empregos no Brasil	14,00	6,00
PREVIDÊNCIA NO BRASIL: DEBATES, DILEMAS E ESCOLHAS	45,00	9,00
REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA NO BRASIL	32,00	7,00

Tabela de Descontos Propostos


TÍTULOS	De	Por
EMPRESAS BRASILEIRAS E O COMÉRCIO INTERNACIONAL, AS	30,00	6,00
GASTO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS CONT. - VOL 1	20,00	9,00
GASTO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS CONT. - VOL 2	30,00	9,00
POLÍTICAS PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO: REFLEXÕES..	15,00	8,00
DESIGUALDADES RACIAIS NO BRASIL	15,00	6,00
BRASIL: O ESTADO DE UMA NAÇÃO 2005	89,00	7,00
BRASIL: O ESTADO DE UMA NAÇÃO 2006	89,00	9,00
BRASIL: EL ESTADO DE UNA NACIÓN 2005 - resumo em ESPANHOL	18,00	2,00
BRASIL: EL ESTADO DE UNA NACIÓN 2006 - resumo em ESPANHOL	23,00	2,00
BRÉSIL: L'ÉTAT D'UNE NATION 2005 - resumo em FRANCÊS	18,00	2,00
BRÉSIL: L'ÉTAT D'UNE NATION 2006 - resumo em FRANCÊS	23,00	2,00
BRAZIL: THE STATE OF A NATION 2005 - resumo em INGLÊS	18,00	2,00
BRAZIL: THE STATE OF A NATION 2006 - resumo em INGLÊS	23,00	2,00
BRASIL: O ESTADO DE UMA NAÇÃO 2005 - resumo em PORTUGUÊS	15,00	2,00
BRASIL: O ESTADO DE UMA NAÇÃO 2006 - resumo em PORTUGUÊS	23,00	2,00
GARANTIA DE RENDA MÍNIMA: ESCRITOS SELECIONADOS	20,00	5,00
POLÍTICA DO GOVERNO E CRESCIMENTO DA ECON. BRAS. 1889-1945	25,00	2,00
REVISTA PPE V. 37 N. 1 - ABRIL DE 2007	15,00	5,00
REVISTA DESAFIOS, N. 36, OUTUBRO DE 2007	8,90	2,00
INSTRUM DE PLANEJ.: UMA ANÁLISE COMPARATIVA	15,00	4,00
INSTRUM DE PLANEJ.: BELEM, NATAL E RECIFE	15,00	4,00

Tabela de Descontos Propostos

TÍTULOS	De	Por
INSTRUM. DE PLANEJ.: BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO	15,00	4,00
INSTRUM. DE PLANEJ.: SÃO PAULO E CAMPINAS	15,00	4,00
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: CURITIBA	15,00	4,00
INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA: PORTO ALEGRE	15,00	4,00
TD-1000: EDIÇÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DE 40 ANOS DO IPEA	20,00	2,00
CONFIGURAÇÃO ATUAL E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA	15,00	4,00
ESTUDOS BÁSICOS PARA A CARACTERIZAÇÃO DA REDE URBANA	15,00	4,00
DESENVOLVIMENTO REGIONAL E ESTRUTURAÇÃO DA REDE URBANA	15,00	4,00
REDES URBANAS REGIONAIS: NORTE, NORDESTE E CENTRO-OESTE	15,00	4,00
REDES URBANAS REGIONAIS: SUDESTE	15,00	4,00
REDES URBANAS REGIONAIS: SUL	15,00	4,00

VI) Material de divulgação

a) Cartazes



The top half of the poster features a diamond-shaped sign with a black background and white text. The sign contains the Ipea logo (three stylized vertical bars) and the text "Livraria Itinerante Ipea".

Siga os sinais


Livros gratuitos ou com descontos de até 80%

LOCAL: _____

DATA: _____

HORÁRIO: _____

www.ipea.gov.br



The top half of the poster features an octagonal sign with a black background and white text. The sign contains the text "Livraria Itinerante Ipea". Below the sign, the text "Democratizando o conhecimento" is visible against a background of a cloudy sky.

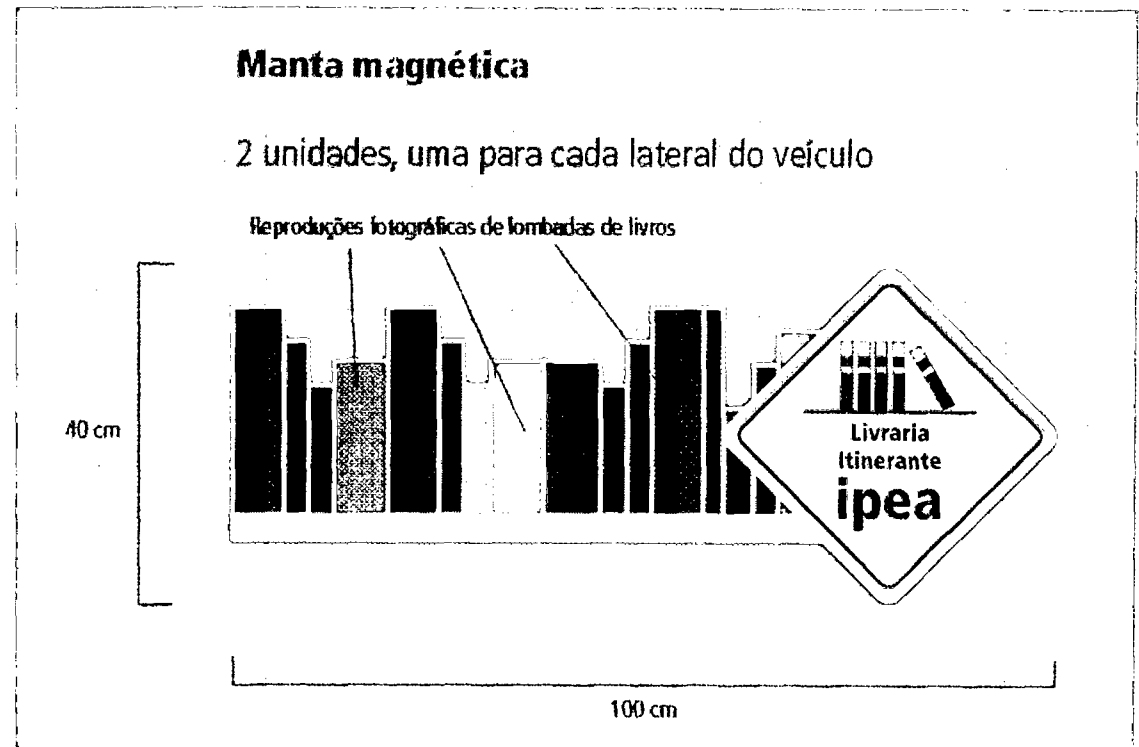
A Livraria Itinerante Ipea leva até sua instituição um acervo de livros de Economia e Ciências Sociais, para doação ou venda com até 80% de desconto.

www.ipea.gov.br

AÇÕES DESENVOLVIDAS

VI) Material de divulgação

b) Manta magnética para a kombi



AÇÕES DESENVOLVIDAS

VI) Material de divulgação


c) Placa removível para a kombi



AÇÕES DESENVOLVIDAS

VI) Material de divulgação

d) Ficha de cadastro personalizada



Cadastro

NOME: _____

EMAIL: _____

AÇÕES DESENVOLVIDAS

- Aquisição de material
- Destacamento de equipe
(1 motorista + 2 vendedores) e substitutos
- Agenda da Livraria Itinerante Ipea
- Doação da assinatura das Revistas PPE, PPP e DESAFIOS para as Instituições que acolherem o projeto.
- Kit de publicações para doação aos clientes da LI-IPEA

AÇÕES A DESENVOLVER

Local: BNDES (confirmado pela assessoria do banco)

Data: a confirmar (prevista para o final de janeiro/fevereiro)

LANÇAMENTO

Prof. João Sicsú

Prof. Renaut Michel Barreto e Silva

CONCEPÇÃO

Antonio Semeraro R to Cardoso
Camila Guimarães Simas
Camila Oliveira de Souza
Eliana Azevedo Penna
Fabiana Pinto Pontes
Francisco José Acar Trambaioli
Marcos Hecksher
Roberto das Chagas Campos
Sérgio Brandão

EQUIPE